



**POLÍTICAS CULTURAIS APLICADAS NAS FAVELAS  
DO CANTAGALO E BATAN DIANTE DA INSTALAÇÃO  
DAS UPP'S.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
**GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL**

**Marina Xavier Lima**

Monografia de conclusão de curso apresentada  
ao Departamento de Arte da Universidade Federal  
Fluminense, como requisito parcial para a obtenção.  
do título de bacharel em Produção Cultural.

Orientador: Profº Drº José Maurício Saldanha Alva

Niterói, 2012

Monografia de conclusão de curso apresentada  
ao Departamento de Arte da Universidade Federal  
Fluminense, como requisito parcial para a obtenção  
do título de bacharel em Produção Cultural.

## BANCA EXAMINADORA

---

Professor Doutor José Maurício Saldanha Alvarez

Orientador

---

Professor Ildo Nascimento- UFF

---

Professor Luiz Mendonça - UFF

*“Numa época marcada pela incerteza e pelo obscurecimento das utopias, quando o futuro da humanidade se vê ameaçado pelo esgotamento dos recursos naturais e pelo aquecimento global do planeta, bem como pela insensatez das guerras e dos fundamentalismos (econômicos e religiosos), quando a nossa capacidade de desejar se a mesquinha e se atrofia, reduzindo-se ao consumismo desenfreado e à busca da realização Individual, talvez as favelas tenham algo valioso a nos ensinar. Precisamos reaprender a sonhar sonhos de felicidade compartilháveis. Sonhos menos individuais e mais democráticos que, ao se realizarem, incluam a possibilidade de realização também do outro. Sonhos mais sustentáveis e, por isso mesmo, mais possíveis e mais duradouros que apontem na direção de um futuro mais humano e mais solidário.”*

*(Cristovão Duarte)*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pelas oportunidades que me foram dadas na vida, principalmente por ter conhecido pessoas e lugares interessantes, mas também por ter vivido fases difíceis, que foram matérias-primas de aprendizado. Não posso deixar de agradecer aos meus pais Leila e Genobre sem os quais não estaria aqui, e por terem me fornecido condições para me tornar a pessoa que sou.

Aos meus irmãos Gabriel e Clarissa, pela amizade e boas risadas. Ao meu orientador José Mauricio por ter acreditado na minha pesquisa e me ajudado, pacientemente, na realização desse trabalho. A todos que contribuíram para a minha formação como ser humano e profissional. Aos amigos queridos por estarem sempre ao meu lado me dando suporte, carinho e histórias que ficaram para eternidade.

**Palavras-chaves:** favelas, juventude, UPP, baile-funk, cidade, zona oeste, zona sul,

## **RESUMO**

O presente trabalho pretende abordar as políticas culturais para a juventude nas favelas do Cantagalo/Pavão na Zona sul e Batan na Zona Oeste (ambas situada no Rio de Janeiro) após a implantação das UPPs nesses locais desenvolvendo em primeiro lugar uma recuperação da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro e das favelas demonstrando a hostilidade das elites e do poder às maneiras de morar popular e as contradições entre os diferentes projetos urbanísticos e o descarte desta rica solução de moradia das massas populares. Em segundo lugar analisar como se deu a deflagração do projeto “Agência de Redes para a Juventude” cujo principal objetivo é formar novas lideranças em seis favelas com UPP e ensinar aos jovens entre 18 a 29 anos ferramentas para planejar e moldar o seu futuro como agentes multiplicadores nos seus territórios, através dos projetos de intervenção que terão que desenvolver nas suas comunidades por meio de reuniões realizadas aos sábados com mediadores de cultura e educação nas oficinas de conhecimentos visando desenvolver os temas dos seus projetos como moradores e protagonistas das periferias, segmento que melhor dramatiza a segregação urbana no país, procurou ainda identificar como o problema da periferia vem sendo enfrentados pelas novas políticas públicas que o Estado está programar visando “preparar” a cidade e suas regiões populares para a Copa do mundo de futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO 1: Entre a Favela e o Asfalto, uma cidade: o Rio De Janeiro</b>	
1.1 Vilas Operárias .....	16
1.2- Plano Agache .....	18
1.3- As Intervenções Públicas nas Favelas.....	21
<b>CAPÍTULO 2: Campo de Batalha Urbano</b>	
2.1-Os Conjuntos Habitacionais.....	26
2.2-O Domínio do Narcotráfico e das Drogas.....	32
2.3-As favelas como parte do Território da Cidade.....	36
<b>CAPÍTULO 3: Cantagalo e Batan duas favelas com realidades diferentes</b>	
3.1 - Surgimento da Favela Cantagalo/Pavão-Pavaozinho (PPG).....	41
3.2 - Surgimento do Batan.....	47
3.3-Equipamentos Culturais nas Duas Comunidades.....	52
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>55</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>60</b>

## INTRODUÇÃO

A motivação principal para que como produtora cultural nos engajássemos nesse projeto, residiu no fato de trabalharmos durante um ano no projeto *Agência de Redes para a Juventude* que proporciona ao jovem de periferia conexões e ferramentas para que possa atuar como agente transformador de seu território. A Agência foi criada pelo escritor e cineasta Marcus Vinícius Faustini. O projeto oferece para 270 jovens, de 15 a 29 anos, oficinas artísticas, de formação em cultura digital, cidade e mobilização e uma bolsa-auxílio de R\$ 100 por mês. Além de estudar, o aluno vai desenvolver o projeto de atividade ou produto que beneficie a sua comunidade. Ao fim do curso, os projetos selecionados receberão verba de R\$ 10 mil cada para desenvolvimento e implantação. . Nessa atividade detectamos que, as favelas entre outras questões, eram conhecidas pelo senso comum de uma maneira esquemática. Conforme o projeto se desenrolou pudemos perceber que havia uma individualidade espacial marcante e mesmo cultural - no Cantagalo e no Batan mostram uma estrutura diversificada apesar da relativa homogeneidade da experiência coletiva e existencial por parte da população mais pobre.

As favelas passaram a fazer parte do cenário urbano e atualmente são elementos principais da diversidade da cidade do Rio. Espalharam-se pelo tecido urbano carioca e sua natureza, a partir dos anos 1920, ocupando um lugar de destaque na estrutura urbana e política da cidade. Nas décadas subsequentes do século XX, devido à multiplicação do número de indústrias e a expansão para os subúrbios, as favelas seguiram o mesmo caminho, dada a busca por oferta de empregos.

Historicamente, a categoria “favela” ficou consagrada para nomear a forma de habitação popular construída nas encostas do Rio de Janeiro, no final do século XIX, por uma população em sua maioria composta de ex-escravos que antes viviam nos cortiços existentes em áreas do entorno do centro da cidade. As favelas cresceram inicialmente devido a precariedade da habitação popular desde os finais do Segundo Reinado e se agravou com a República graças às novas correntes de deslocamento imigratório e migratório. Gradualmente, foram ganhando múltiplas conotações negativas, que funcionam como antônimos de cidade e de tudo que a ela modernamente

se atribui: urbanidade, higiene, ética do trabalho, progresso e civilidade. No entanto, na medida em que começamos a levantar as fontes e a documentação pertinente, nos damos conta de que na prática da favela, de acordo com a noção de Michel de Certeau, havia uma estruturação que estava longe de ser ilógica. Muito distante de ser tosca e desprovida de cultura. Repousava, pois, em práticas consistentes destinadas a enfrentar a adversidade, a reconfigurar, sob outra ótica, porque responde a outra vivência destinada aos espaços de moradia.

Indiscutivelmente um dos aspectos mais marcantes é a sobrevivência de prática herdadas do nosso passado comum. **Mary Karash** ao escrever sobre a vida dos escravos no Rio de Janeiro entre 1808 e 1850 assinala a importância destas associações na vida social não só dos africanos, mas da cidade do Rio como um todo (2000, p.341). Uma delas são as chamadas estruturas de autoajuda, quando escravos e libertos e mais tarde os pobres, passaram a se organizar e suprir as deficiências de sua vida de exclusão e segregação. As soluções encontradas passavam sempre pela mediação, pela discussão, pela aceitação de mediações pactuadas e propugnando um protagonismo nem sempre visível ou reconhecido foram dos limites locais. .

**Muniz Sodré** assinala que a cultura existente no Brasil criava uma série de biombos, na expressão dele “*trompe l’oeil*”, onde mesmo as novas estruturas importadas desde os finais do século XIX eram “uma nova configuração do poder,” um novo território segregado. Ele deseja sinalizar a existência de processo de abastamento, inicialmente de escravos e em seguida de ex-escravos. Daí ter assinalado que a “entrada de imigrantes nos pais – ele cita -1.125 mil entre 1891 e 900- desencadeadas pelo Senador Vergueiro desde o império foi uma decisão contra o negro” (Muniz Sodré, 1988, pp.40,41).

Entre o que se convencionou denominar de “os grandes debates do final do século XIX” estava, na opinião de Porto Rocha, as estratégias populares de auxílio mútuo, sobrevivência solidária e moradia popular que Certeau definiria como “práticas” da cidade. Uma delas era a antiga freguesia de Santana e a Praça Onze, “cujas baianas eram conhecidas e, toda a cidade pelos seus dotes culinários”. Quem nunca ouviu falar do tabuleiro da baiana? (1995, p.80). Era esse local o “abrigo de todo o baiano recém-chegado ao Distrito Federal, encontrando casa e comida pelo tempo que lhe fosse necessário, até encontrar um ofício” (1995, p.81).

Na medida em que nos anos 1980 em diante cresceu o protagonismo e novos sentidos de ação social, as periferias passaram a se dar conta de sua força e sua inserção básica no tédio da cidade. As análises da estudiosa norte-americana Janice Pearlman, apontam para essa integração (Pearlman, 2009, p.34).

De berço tradicional do samba, a circularidade cultural e o dinamismo típico das sociedades modernas mundializadas, colocaram membros mais jovens e atuantes destas comunidades em contatos com as correntes de música moderna. Daí surgirem manifestações como o funk carioca, os grafiteiros e outros agentes culturais. Existem favelas como a Rocinha que são autênticos bairros de vida social considerada e equipada. A geografia das favelas nos mostra algumas questões territoriais e identitárias entre zona norte e zona sul como em relação aos diferentes segmentos da sociedade brasileira que aí lançam suas raízes. As soluções desenvolvidas nessas favelas são objeto de atenção da mídia internacional<sup>1</sup>

Nosso trabalho analisará essa diferenciação consubstanciada em dois lugares, duas favelas: a do Cantagalo e a do Batan. Uma na zona sul e a outra na zona oeste. Ambas mostram o impacto do projeto e da chegada de uma nova solução em matéria de segurança social e policial: as Unidades de polícia pacificadoras, doravante em nosso trabalho referenciadas como Upps.

Durante muito tempo o abandono a que o estado relegou as favelas favoreceu a expansão e o abrigo de atividades criminosas. Na medida em que o tráfico de narcóticos ocupou um espaço importante no segmento de consumo desses segmentos mais abastados, coube às favelas servir de abrigo para parte dessas atividades. A exclusão levava muitos jovens sem perspectiva de vida numa sociedade cada vez mais capitalista e consumista a enveredar pelos caminhos do tráfico.

Nas décadas subseqüentes inúmeros projetos começaram a ganhar corpo e a modificar a paisagem das práticas da favela. Projetos como: *Afro reggae*, *Nós do Morro* contribuíram para dar à favela e seus habitantes uma inserção nacional e, em seguida intencional.

---

<sup>1</sup> Segundo professor. José Maurício, o jornal online da prestigiosa rede saudita Al Jazeera em sua edição de 04/03/2011, sugere que “that their solutions can be taken as a model for other troubled regions of the earth”.

Para dar conta desse objeto em crescimento neste Primeiro Capítulo apresentaremos como diriam Vadico e Noel Rosa, “O xis do problema”, ou seja, o surgimento das favelas com estatuto de existência social diversificada culturalmente. Nelas desde uma matriz histórica surgem modificações culturais e espaciais. No segundo capítulo daremos conta de do surgimento das políticas públicas e sua inserção nas políticas culturais. Debateremos o descaso e o desprezo históricos pelas moradias periféricas, das políticas públicas sob a ditadura militar e a redemocratização com as iniciativas do governador Leonel Brizola e de como o governo Sérgio Cabral não apenas debateu algumas novas políticas como deu início a chamadas Upps.

No capítulo III enfocaremos o surgimento de suas favelas, parte integrante de nosso objetivo, Cantagalo e Batan, bem como os projetos lá desenvolvidos e a preparação da cidade, como parte de uma estratégia global de alcançar as cidades desde eventos culturais. Trata-se de material recente que recolhemos em contato na região e em textos oriundos de pesquisadores de ciências sociais sobre a implantação das Upps.

Em nosso trabalho procuramos trabalhar com uma literatura que de conta das questões como a noção de prática de Michel de Certeau como emprego do território traduzindo ou representando o imaginário como uma teia de significados populares. Michel de Certeau é um notável filósofo estudioso das questões populares tendo passado algum tempo no Brasil. À favela pode ser, segundo suas análises pensada como o espaço “sócio”, organizado por uma luta imemorial entre “poderosos” e “pobres”, mas ela, graças à democratização e ao crescente protagonismo, implica numa transformação substancial (1998, p.76). Empregamos ainda um interessante verbete de Teixeira Coelho, entre outros como Ressimbolização (1999, p.338).

Ele fala das práticas populares, como práticas cotidianas como táticas dos fracos contra os fortes e que nos conduzem a uma geografia dos lugares. Ele fala ainda do conhecimento antigos, que dissemos são os saberes organizadores dos habitantes da favela, Eles ocupam o lugar que assume a identidade coletiva. Finalmente, essas práticas cotidianas do fazer empregando astúcias dependem de saberem antigos e enraizados que os gregos designavam como méti (1998, p.47).

## **Capítulo I Entre a favela e asfalto, uma cidade: o Rio de Janeiro.**

O geógrafo **Maurício de Almeida Abreu**<sup>2</sup>, autor do livro “*A evolução Urbana do Rio de Janeiro (1994 p.20)*”, aponta três possíveis hipóteses para o surgimento das favelas: uma delas está relacionada aos quilombos, que estavam perdendo a função de espaço de luta e resistência negra, e foram se expandindo e se tornaram em favelas, sobretudo nas freguesias urbanas. Uma segunda hipótese é a de que muitos negros provinham da Guerra do Paraguai (1865-1870) se reuniam nas favelas mesmo antes da Abolição.

A chamada “guerra do fim do mundo”, título do romance do escritor peruano de Vargas Llosa foi um importante conflito interno brasileiro. A Guerra de Canudos travada entre a República e os sertanejos dos sertões baianos terminou com a vitória da ordem. Durante esse conflito muitos escravos foram sendo alforriados pelo Governo para servirem de exército nos combates. No retorno, acabavam acampando nas proximidades do Ministério da <sup>3</sup>Guerra à espera de uma solução sobre suas moradias, mas, em razão da omissão governamental, se deslocaram para os morros próximos à área militar.

A origem do termo favela surgiu no Morro da Providência, que começou a ser conhecido como Morro da Favela a partir de 1897, por causa de sua vegetação. A partir daí passou a servir de moradia para militares de baixa hierarquia retornados da Guerra de Canudos (1896-1897). Com a destruição dos cortiços, os morros situados no centro da cidade (Providência São Carlos, Santo Antônio, entre outros), até então pouco habitados, passaram a ser rapidamente ocupados, se apresentando, desta forma, como alternativa às pessoas que precisavam se manter próximas ao seu local de trabalho ou que estavam à procura de emprego.

---

<sup>2</sup> Foi um geógrafo brasileiro que contribuiu para o desenvolvimento da geografia histórica e geografia urbana no Brasil. É considerado também historiador, professor e escritor

<sup>3</sup> Ministério existente no Brasil desde 1815, transformado em Ministério do Exército em 1967 e, hoje, incorporado ao Ministério da Defesa.

*Favela surge no episódio histórico conhecido por Guerra de Canudos. A cidadela de Canudos foi construída junto a alguns morros, entre eles o Morro da Favela, assim batizado em virtude da planta *Cnidocolus quercifolius* (popularmente chamada de *favela*) que encobria a região. Alguns dos soldados que foram para a guerra, ao regressarem ao Rio de Janeiro em 1897, deixaram de receber o soldo, instalando-se em construções provisórias erigidas sobre o Morro da Providência. (1994.p 45)*

O número de pessoas que iam morar nas favelas, crescia de forma incessante, já que a cidade se apresentava como local de oportunidades de emprego para aqueles que queriam ter empregos bem remunerados.

Como os terrenos onde as favelas se situavam, não eram considerados espaços valorizados pela construção imobiliária, e também não eram os principais locais de moradia das classes pobres. Até o início da década de 1930, não recebiam atenção do Estado. Ao mesmo tempo, o processo industrial crescia na cidade, expandindo-se para os subúrbios, que já contava com mão-de-obra que morava nessa região, inclusive contribuindo para a criação de favelas suburbanas. A formação **geográfica da cidade** <sup>4</sup>também permitia esse crescimento:

A própria tipografia do Rio de Janeiro que devido a sua formação em pontos intersticiais, no período de expansão urbana, determinadas áreas, mesmo localizadas em núcleos densamente povoados, não puderam ser incorporadas ao mercado capitalista de terras – as encostas dos morros e os terrenos pantanosos. (LIMA,p.49)

Para o autor, **Luciano Parisse** <sup>5</sup>(1969, p.25), no final do século XIX, com a Abolição da Escravatura em 1888 e Proclamação da República em 1889, as diferenças sociais tornam-se

---

<sup>4</sup> O Rio faz parte do bioma da Mata Atlântica brasileira, tendo em seu relevo montanhas e baixadas localizadas entre a Serra da Mantiqueira e Oceano Atlântico, destacando-se pelas paisagens diversificadas, com escarpas elevadas à beira-mar, restingas, baías, lagunas e florestas tropicais

<sup>5</sup> Geógrafo autor do livro Favelas do Rio de Janeiro lançado em 1969

extremas e surgem os primeiros conflitos sociais do século: de um lado os recém libertos escravos e os menos favorecidos, e do outro, uma aristocracia exploradora que se beneficiava dessa mão de obra barata e sem especialização. Alvarez assinala ainda que a perversidade do capitalismo aponta para a descartabilidade dessa mão de obra em proveito dos imigrantes do sul da Europa recém-chegados. Sem dar trabalho aos ex-escravos, os imigrantes que, muitos alfabetizados, passaram a disputam o mercado de trabalho formal em condições vantajosas(2007,p.49).

Também os senhores de escravos não estavam preparados para essa nova situação, muito menos os escravos que não conheciam outro padrão de trabalho e de habitação que não fossem a senzala e a servidão. Foram lançados na luta por um trabalho e meios de vida como homens e mulheres livres, essa camada mais pobre da população teve como únicas opções de ocupação os cortiços, os morros da cidade e as estalagens, tornando-se alvo de intensas críticas por parte da cidade reconhecida oficialmente.

A questão da habitação popular tornou-se principal discussão sobre o futuro da capital da República no começo do século XX, era fortemente sustentada pelo discurso médico higienista devido à insalubridade e epidemia. O período 1890-1906 corresponde à emergência da crise de moradia, quando a população do Rio de Janeiro cresce à taxa geométrica anual de 2,84% . Em 1903 a cidade passa a ser o palco de grandes reformas movidas pelo prefeito Pereira Passos que pretendia dá a cidade um clima mais europeu, abre novas e grandes avenidas, ou seja, a intenção era promover o progresso e o embelezamento do Rio de Janeiro. Essas obras além de agilizar o processo de importação e exportação de mercadorias iria proporcionar a higienização da cidade, combatendo definitivamente os cortiços.(VALLADARES,p.14)

O Rio de Janeiro se modernizou de modo diferenciado no que se refere à distribuição da população em seu espaço. A geografia da cidade passou a ser forjada pelo poder público e pelo capital privado de tal maneira que a segregação e exclusão fariam parte da lógica de sua inserção em uma divisão territorial do trabalho em escala internacional. As medidas tomadas visaram tornar o Rio a cidade mais moderna de modo a inseri-la nos padrões capitalistas e dentro do discurso higienista civilizado. Com a criação em 1892 do chamado Distrito Federal consolida-se a posição de capital da Republica.

Nesse momento se tinha a consagração dos instrumentos que permitirá a Republica e a administração Pereira Passos aplicarem esse aparato conceitual e discurso modernizador. Além das melhorias dos transportes e da engenharia surgiram

organizações que deram suporte as mudanças propaladas. A escola politécnica criada para dar seqüência a modernização do país em 1874, dá origem a associação como o prestigioso Clube de engenharia, entre os quais estará **Pereira Passos**<sup>6</sup>. Tópico básico das tertúlias e debates: a reforma urbana da cidade, a sua transformação (Porto Rocha, 1995, pp.42-43).

Pereira Passos foi o responsável por essa árdua tarefa, isto é, pela maior reforma urbana até então realizada na cidade do Rio de Janeiro. A influência francesa na revolução urbana carioca é marcadamente inspirada pelas proposições do Barão Georges Haussmann que modernizou a capital da França na segunda metade do século XIX. Seguindo os padrões da época, Pereira Passos priorizou a construção de grandes avenidas nos moldes dos boulevards franceses que, de certo modo, facilitassem a circulação urbana e embelezassem a cidade. Executadas pelo governo federal, a Avenida Central (atual Avenida Rio Branco); e as avenidas radiais Francisco Bicalho, Rodrigues Alves e a Avenida Beira Mar construída durante a administração Pereira Passos viabilizaram o acesso mais rápido do Centro da cidade os bairros residenciais mais elegantes, onde residia a população abastada. A destruição da celebra Praça 11, em cujas proximidades residiu célebre músico João da Baiana, integrava esse projeto “branqueador” e modernizador (Álvarez, Seba, Veríssimo, 2001, p.116).

Esta reforma urbana visou facilitar e agilizar a fluidez no espaço da cidade, que contava com avenidas estreitas, um porto ultrapassado e um sistema de transporte que se tornou ineficaz para o período. A predominância dos cortiços na área central, e as condições higiênicas precárias já estavam ultrapassadas. Enfim, era necessário que as formas da cidade estivessem em consonância com a sua função. A paisagem predominantemente colonial tornou-se anacrônica e inviabilizou o fluxo de mercadorias, pessoas e capitais na velocidade que as diversas modalidades do capital requeriam. A cidade, através de suas formas, ainda simbolizava uma cidade colonial (Benchimol, 1990, *passim*)

Um dos objetivos da reforma urbana foi desterritorializar essa população da área central da cidade e reterritorializá-la nos subúrbios. Em parte, esse objetivo foi

---

<sup>6</sup> Engenheiro brasileiro e prefeito da cidade do Rio de Janeiro entre 1902 e 1906, nomeado pelo presidente Rodrigues Alves.

alcançado, pois permitiu a efetiva ocupação suburbana. A ocupação, porém, não se realizou totalmente devido as precárias condições dos trabalhadores desse período. A demolição dos cortiços foi uma destruição-criativa. Foi uma destruição-criativa no sentido de ter gestado um novo padrão habitacional na paisagem urbana carioca: a favela.

## **1.1 VILAS OPERÁRIAS**

As vilas operárias eram conjuntos de casas construídas pelas indústrias para serem alugadas a baixos aluguéis ou mesmo oferecidas gratuitamente para seus operários. Estas iniciativas tiveram um impacto importante em várias cidades brasileiras, pois foram os primeiros empreendimentos habitacionais de grande porte construídos no país. Vinculadas à emergência do trabalho livre no país, grande parte das vilas operárias surgem em decorrência da necessidade de as empresas fixarem seus operários nas imediações das suas instalações, mantendo-os sob seu controle político e ideológico e criando um mercado de trabalho cativo.

Tais necessidades decorriam de aspectos operacionais como, por exemplo, trabalhadores indispensáveis à manutenção das máquinas ou equipamentos vitais ao funcionamento da indústria, ou de mercado de trabalho (inexistência de trabalhadores qualificados ou mesmo de trabalhadores em geral devido à localização das unidades de produção) por último, político-ideológicas (manter os seus operários sob controle, evitando greves ou paralisações, através do relacionamento entre a perda do emprego e o despejo da casa).

Com o fim dos cortiços no centro do Rio de Janeiro, o Estado construiu o provavelmente primeiro grupo de moradias construídas pelo poder público no Brasil: 120 unidades habitacionais na Avenida Salvador de Sá (RJ), em 1906, pela prefeitura do Distrito Federal, que se via fortemente pressionada pela crise habitacional gerada pela derrubada de milhares de cortiços apontados como necessária para a abertura da Avenida Central (GAP, 1985). Ou ainda, o início da construção, pelo governo federal, da Vila Proletária de Marechal Hermes.

Como a autora Nabil Georges Banduki assinala:

A tendência do Estado e da elite dominante durante a República Velha sempre foi considerar as vilas operárias como uma iniciativa modelar a ser estimulada, pois garantia condições dignas de moradia, superando a insalubridade dos cortiços, sem exigir a intervenção do poder público, e, ainda, proporcionando um controle ideológico, político e moral aos trabalhadores, muito bem visto frente ao sempre presente temor de uma revolta operária (1994, p.715).

Essa ação favoreceu a criação de novos empregos assalariados para população, onde a hierarquia patrão-empregado era proeminente. Com a ida de algumas fábricas para outras regiões do Rio, a cidade acompanhou outro processo que foi a questão da habitação popular, ou seja, abertura do subúrbio ao proletariado, o efeito causado pela reforma do prefeito Passos, serviu para a segregação entre as áreas nobres das pobres, separando assim, os locais de residência dos locais de trabalho. Por conta dessa transferência áreas como: Estácio, Gamboa, Saúde, Santo Cristo e Misericórdia passaram a ser residência desses operários, pois estavam situadas próximo do local onde trabalhavam. Dessa forma os **subúrbios**<sup>7</sup> tinham maior vantagem em relação as **Vilas Operárias**.

A partir da década de 1910 com a destruição dos cortiços, as favelas cresceram mais intensamente e penetram a zona sul. O processo de expansão das mesmas foi acompanhado, pela repressão do governo através de remoções. Houve uma longa história de remoções, pois para a classe dominante e o poder, essas pessoas eram consideradas os verdadeiros vilões do embelezamento da cidade. Desconsideravam, porém, um fator fundamental: durante toda a história o trabalhador buscou estar próximo ao local de trabalho. Nesse sentido não é de admirar que a maior parte das retiradas não obtivesse sucesso, pois os moradores eram alocados em locais muito distantes sem infraestrutura e transportes.

---

<sup>7</sup> O termo é bastante utilizado em termos de geografia, para designar toda a área urbana que está ao redor do centro urbano. A periferia pode ser intramunicipal (bairros afastados do centro do município) ou extramunicipal (municípios da região metropolitana).

A socióloga Lúcia Valladares no seu artigo “*A Gênese das Favelas*” cita essa situação no trecho:

“O médico sanitarista Mattos Pimenta projeta na favela suas preocupações de reformista, de sanitarista, mas também de alguém que está preocupado com o lado estético e arquitetônico da cidade, com “esta obra prima da Natureza que é o Rio de Janeiro [...].Assim como ele ,outros já haviam denunciado a favela como espaço anti-higiênico, insalubre, local de concentração dos pobres perigosos, área sem lei. A campanha contra as favelas, era promovida no interior de uma luta mais abrangente pela remodelação do Rio de Janeiro, parece ter sido programada e conduzida com sucesso, respaldada pelo Rotary Club do Rio de Janeiro, uma das associações profissionais da elite do empresariado carioca (2000, p.15)”.

Mattos Pimenta (1887-1935)tem um papel fundamental na formação dos conjuntos habitacionais do BNH porém falaremos dele no segundo capítulo desse trabalho.

A favela para a população carente era uma habitação caracterizada pela ilegalidade da ocupação do solo urbano, isto é, pela ausência de equipamentos coletivos e, principalmente, ausência da escritura do imóvel. Esta forma de habitação passou a fazer parte da geografia da cidade como moradia alternativa para os que não tinham condições de pagar aluguel ou se negavam a residir distante dos lugares onde trabalhavam.

## 1.2 PLANO AGACHE

A aparente dicotomia urbana entre a cidade formal e as favelas ganhou novo tom com os debates em torno do famoso Plano Agache. Dentro do clima “progressista” observados nos anos 1920, o governador **Prado Júnior (1926-1930)**, lançou em 1927 um plano que continha propostas de combate às favelas. Era na verdade um projeto oficial para , sob a orientação do urbanista francês Alfred Agache, alterar a forma urbana da cidade com obras grandiosas e dispendiosas como convinha ao pensamento das elites. No que se refere às favelas, por exemplo, previa-se a sua supressão completa prosseguindo no pensamento higienista com a alegação de que representavam um “problema social e estético”.

O projeto parecia pensar a favela dentro do modo progressista de ver a cidade como uma “cidade-satélite” onde as pessoas eram nômades e avessas a qualquer regra de higiene. Seria impossível acabar com as favelas sem que antes fosse planejado um grande número de casas populares para essas pessoas, senão o problema persistiria. Embora houvesse uma suposta preocupação e precaução, a **Revolução de 1930**<sup>8</sup>, arquivou o Plano Agache e a segregação entre as classes foi mantida para o prejuízo de maior parte da população.

Agache parece ser um dos primeiros a perceber que elementos exteriores à pobreza também atuavam como explicativos da ida para a favela, assim como os trâmites burocráticos vinculados à atividade de construção e a própria atitude dos poderes públicos e da administração municipal vis-à-vis a habitação popular e os pobres.(Valladares,2000,p.18)

O Brasil e sua capital, o Rio de Janeiro, permaneciam distantes das práticas de planejamento urbano. Questão inexistente no projeto de 1870 e nas experiências de Pereira Passos, preocupado mais em embelezar e aplicar princípios da ciência “positiva” e princípios higiênicos do que focar questões sociais”.

Mauricio Alvarez considera, porém que a encomenda do plano feita em 1927 pelo prefeito do Rio de Janeiro Antonio Prado Júnior ao urbanista francês Alfred Agache (1875-1959) se destinava basicamente a reorganizar o antigo centro da cidade e a remodelar no velho molde de cidade-vitrine do país. Incentivou ainda a reordenação viária da cidade e sua legislação e um urgente Plano Diretor para as áreas administrativas, de comércio e de moradias:

O político Maurício de Lacerda (1888-1959) insurgiu-se contra a vinda do profissional francês, alegando que a engenharia brasileira dava sobejas mostras de experiência neste campo (Silva, 2003, p.73). A zona sul da cidade começava a adquirir o glamour de ocupações burguesas e cosmopolitas em especial nos bairros como Copacabana e Ipanema. Suas infraestruturas implantadas previamente, asseguravam a seus moradores o máximo de conforto. Tratava-se de áreas modernas pelo poder que para servir as elites, escusava-se de solucionar problemas das zonas pobres(Alvarez, 2012,p.8).

---

<sup>8</sup> Foi o movimento armado, liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que culminou com o golpe de Estado, o golpe de 1930, que depôs o presidente da república Washington Luís em 24 de outubro de 1930, impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes e pôs fim à República Velha.<sup>1</sup>

A cidade-capital permanecia o espelho da nação e o poder esforçaram-se por controlar, sem êxito, o seu crescimento (Abreu, 1988, p.86). Até porque no final dos anos 30, com o aumento dos fluxos migratórios em direção à cidade, a favela passou a ser um fenômeno notado. O Estado deixava população à mercê para resolver os problemas de moradia. Para Maurício Alvarez prefere afirmar que o estado nesse momento desenvolve um projeto nacionalista e desenvolvimentista, voltado para diversificar a produção e promover a industrialização do país. O estado que emerge da revolução de 1930 desenvolveu princípios destinados a modernizar o país em oposição aos desígnios das oligarquias paulistas e mineiras preocupadas tão somente com a questão do café. A criação dos institutos de aposentadoria e pensões para os vários segmentos trabalhadores funcionava como um poupança interna e compulsória. Não se deve esquecer que neste recorte de aguda crise econômica internacional não havia dinheiro para novos empréstimos internacionais (Álvarez, 1992, .p.125).

O caráter populista do período e o advento de uma fase democrática favorece uma atitude ambígua em relação a elas, por parte dos governantes: de um lado, eram consideradas “chagas” da cidade, mas também eram grandes fontes de votos, o que era temido pelos grupos conservadores como se verá após a queda de Vargas em 1945 e o surgimento do partido conservador denominado UDN (Alvarez, 2012, p. 12). Com o aumento dos fluxos migratórios vindos do campo surgiram possibilidade de emprego na indústria, comércio e serviço e o Estado getulista intervém na questão social desenvolvendo os chamados direitos sociais (hoje tão combatidos) como carteira de trabalho, sistema de aposentadoria, etc. Na época a preferência dos empreendimentos imobiliários era por áreas planas até porque o automóvel e os terrenos onde a maioria das favelas se localizavam em áreas ainda consideradas impróprias ao comércio imobiliário.

Conforme Marcelo Bauman Burgos, o clima político, econômico e cultural durante a Era Vargas (1930–1945)<sup>9</sup> fez com que o tema da habitação social finalmente ganhasse destaque. Todas as questões econômicas tornaram-se preocupação do poder público e das entidades empresariais envolvidas no plano de desenvolvimento nacional elaborado

---

<sup>9</sup> A Era Vargas é o nome que se dá ao período em que Getúlio Vargas governou o Brasil por 15 anos ininterruptos (de 1930 a 1945). Essa época foi um divisor de águas na história brasileira, por causa das inúmeras alterações que Vargas fez no país, tanto sociais quanto econômicas.

pelo Governo de Getúlio Vargas. Neste contexto, o problema da moradia surgiu como aspecto crucial das condições de vida dos operários, pois absorvia grande porcentagem dos salários e influenciava no modo de vida e na formação ideológica dos trabalhadores. Inicialmente, a política social de Vargas beneficiava apenas aqueles com ocupação formal no mercado de trabalho: os trabalhadores com carteira profissional.

A única política habitacional para a população de baixa renda que existia naquela época era para os empregados de ramos de atividades cobertas pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Eram poucos os moradores de favelas tinham acesso ao IAPs porque a maioria trabalhava sem carteira profissional. A invisibilidade política das favelas no início da Era Vargas devia-se às restrições ao direito de voto dos analfabetos e aos direitos sociais dos que estavam fora do mercado de trabalho formal, muito embora Alvarez insista que, desde 1945, a UDN e os grupos conservadores só lograram retirar essa capacidade de atuar após o golpe de 1964.

Por outro lado parece ter sido expressivo interesse do governo do Estado Novo pela cidade e a urbanização. É Mauricio Abreu UEM assinala que:

A revolução de 1930 arquivou o plano Agache. As contradições urbanas  
pele levantadas não poderiam, entretanto, ser arquivadas, posto que  
fossem reais e precisavam ser enfrentadas pelo novo regime que se  
implantava no País. Paradoxalmente, a fórmula apresentada por  
Agache para a república Velha, ou seja, a intervenção do estado no  
processo de reprodução da força de trabalho urbano, é que se  
constituiu na mola propulsora da política de  
Vargas. Superando as contradições da república velha, o novo momento já  
surge, entretanto, imerso em suas próprias contradições que conduziram à  
Evolução da cidade nas três décadas seguintes. (ABREU M., 1997, Pg.90)

Em meio a isso, surgiram debates entre os engenheiros e urbanistas sobre o problema das moradias no Rio de Janeiro, em 1937 foi publicado pelo poder público um documento chamado Código de Obras<sup>10</sup> que tinha como principal diretriz, a extinção das habitações anti-higiênicas.

---

<sup>10</sup> Decreto que consolidou as favelas, como espaço urbano e político da cidade do Rio de Janeiro.

### 1.3 AS INTERVENÇÕES PÚBLICAS NAS FAVELAS

Em 1940, iniciou a execução de políticas públicas no Rio de Janeiro em relação às favelas. A primeira grande ação destinada a elas foi à criação dos Parques Proletários. a eliminação Essas intervenções se baseavam no *Código de Obras*, segundo ele, deveria ser efetuada das favelas, e a proibição da construção de novas moradias ou a melhoria daquelas que já existiam, devendo, portanto, ser construídas habitações proletárias, destinadas às famílias que fossem removidas. Isso seria feito, no entanto, sob a promessa de que as pessoas poderiam retornar para áreas próximas daquelas onde viviam, assim que essas estivessem urbanizadas. Foram construídos em 1941-1943, portanto, três Parques Proletários (da Gávea, do Caju e do Leblon, ou Praia do Pinto), mas a idéia original de retorno aos locais de origem não chegou a se concretizar e, anos mais tarde esses Parques Proletários passaram a ser consideradas favelas.

Nestas áreas, crescentes segmentos da população que necessitavam de uma habitação, buscavam a solução para o problema da moradia, cada vez mais agravado pelo desnível do poder aquisitivo e a valorização dos imóveis. Com isso, as favelas apresentam-se como local de moradia das populações pobres, transformando a questão habitacional num problema de Estado, tornando-se desta forma, o novo local de moradia no espaço urbano. (LIMA, p.50)

Em 1946 foi criada a Fundação Leão XIII, através da união entre a Arquidiocese e a Prefeitura do Rio de Janeiro. A Igreja Católica atendia os moradores de favelas apenas através das paróquias. Nesse caso, foi criada uma proposta de recuperação das favelas, com a criação de Centros de Ação Social, apresentando, inclusive, ações precursoras de urbanização, como uma atuação em termos de serviços básicos em algumas comunidades (água, luz, esgotos, rede viária). A fundação responde a duas necessidades básicas: a primeira a de prestação de serviços urbanos fundamentais que favorecesse a criação de condições mínimas de reprodução da força de trabalho, e a segunda, a necessidade de controle político e de formação de bases eleitorais no seio de uma população com um enorme potencial de luta.

O Governo Federal aceitou a proposta, reconhecendo que o problema das favelas excedia a questão do processo migratório. Nessa conjuntura, surgiu a Fundação Leão XIII. Suas ações eram baseadas nas atividades desenvolvidas em duas fases distintas: conhecer as favelas, através de levantamento estatístico, da classificação das famílias e dos indivíduos e os estudos das comunidades, “Tratamento das famílias” através de uma ação social que desdobra em atividades de Serviço Social, Educação, Saúde e Organização Social da Comunidade, em moldes bem diferenciados em relação ao desejado por setores importantes do Estado. Além, da preocupação da instituição com a situação do controle social e ordenamento das comunidades.

Para programar atividades de “melhoria dentro de um espírito democrático” e de responsabilidade pessoal de cada um”, a Fundação Leão XIII, reforça que as camadas populares residentes nas favelas permaneçam “desmobilizadas e afastadas da participação política” mais ampla, ou seja, dos espaços onde se tornaria mais viável a luta pelas transformações estruturais necessárias à superação de seus problemas. Na verdade, sua idéia de participação nega qualquer ação dos moradores de favelas no seu papel de sujeitos participantes do projeto societário, isto é de sua condição de elementos constituintes de um contexto sócio-histórico mais geral (BURGOS, p.134).

De acordo com o censo de 1950, a década de 40 foi o período de maior proliferação de favelas no Rio de Janeiro, sendo que o censo revelou um total de 138.837 habitantes nas 105 favelas existentes, que se concentravam na área suburbana (44% das favelas e 43% favelados), seguida da zona sul (24% e 21% respectivamente) e da zona Centro-Tijuca (22% e 30%) A zona Bangu-Anchieta, a mais distante dos principais locais de emprego, tinha participação bem menos significativa (Abreu, 1997).

As primeiras críticas à atuação assistencialista da Igreja começaram a aparecer no final da década de 1950, foi nesse momento que apareceu na cena política as diversas associações de moradores demonstrando um grau de organização autônoma, facilitada, em muitos casos, pelo Partido Comunista. O discurso conformista da Igreja Católica já não mais conseguia controlar estes atores sociais. Em 1955 dez anos após o surgimento da fundação Leão XII, e por iniciativa de Dom Helder Câmara, a igreja católica criou a

**Cruzada São Sebastião**<sup>11</sup>, que, ao contrário da fundação Leão XII, visava urbanização e melhorias nos serviços básicos das comunidades faveladas.

O objetivo da cruzada era de conceder moradia aos antigos moradores da favela da Praia do Pinto. Durante cinco anos a Cruzada realizou melhorias de serviços básicos em 12 favelas do Rio de Janeiro. Além de executar 51 projetos de redes de luz, a Cruzada urbanizou parcialmente a favela de Morro Azul e completamente a favela Parque Alegria. No Leblon, construiu o conjunto habitacional que ficaria conhecido como A Cruzada, a primeira experiência de alojamento de moradores nas imediações da própria favela onde moravam. Localizada entre a praia do Leblon e a Lagoa Rodrigo de Freitas. O micro-território desde a sua construção, concentrava uma população socialmente bastante diferente daquela que veio ocupar o bairro do Leblon, formada por proletários que prestavam serviços às indústrias instaladas na Gávea e sub-proletários que viviam da pesca e de biscates.

A Coligação dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal em 1957 visava organizar autonomamente as comunidades e lutar por suas reivindicações junto ao órgão do governo competente. O governador Carlos Lacerda, redefiniu a atuação do **SERFHA** Serviço Especial de Recuperação de Habitações Anti-Higiênicas- desvinculando-o da Igreja Católica. O órgão funcionou durante quatro anos apenas dando apoio às atividades da Fundação Leão XIII e a Cruzada São Sebastião. Uma das vertentes do trabalho do *Serfha* era, capacitar os moradores das favelas a ganharem certa independência para tratar com as autoridades estaduais ao vez de ter de depender de favores políticos. Estimulou a criação de 75 associações de moradores em favelas onde até então não existiam. O trabalho desenvolvido pelo órgão incomodava tanto alguns legisladores poderosos o primeiro porque na tentativa de oferecer às favelas um órgão corporativo na forma de uma pessoa jurídica e, assim, dar-lhes liberdade política era

---

<sup>11</sup> A Cruzada São Sebastião é um conjunto habitacional localizado à margem oeste do Jardim de Alá, no bairro do Leblon, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, no Brasil. Foi inaugurada em 29 de outubro de 1955, por iniciativa de Dom Hélder Câmara, então secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que convenceu o então presidente da república, Café Filho, a firmar um convênio para construir o conjunto habitacional. O objetivo era fazer dali uma espécie de plano piloto, um pontapé inicial para a meta de Dom Hélder de acabar em dez anos com as favelas existentes na cidade naquela época.

desfavorável aos legisladores que dependiam do apoio eleitoral dos moradores das favelas.

Ainda no mesmo ano o governador, deu início à Operação Mutirão a fim de proporcionar uma cooperação entre o estado e as favelas, criando Companhia de Habitação Popular do estado da Guanabara – COHAB –, que contava com significativas verbas públicas para construir conjuntos habitacionais a baixo custo. Mesmo com a criação, em 1963, da FAFEG – Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara – a tendência de cooptação estatal das lideranças dos favelados manteve-se como prática do governo. Esta postura tinha como resultante o fato de que tais grupos se tornavam representantes do Estado em suas áreas e, assim, não cumpriam sua função fundamental de pressionar a administração pública para atender à demanda das favelas por melhorias.

O Rio de Janeiro apresentou uma história de crescimento urbano marcado por extensas periferias, em que residia a população de classe mais baixa, e por forte desigualdade da oferta de infraestrutura e de serviços, em benefício das áreas habitadas pelas classes mais abastadas. A presença do Estado nas favelas modifica-se consideravelmente, e grande parte de seus serviços passaram a ser executados “em parcerias” cada vez mais amplas entre o Estado e organizações sociais privadas, através de “convênios”. Tais transformações refletiram na mudança na perspectiva de atuação do Estado como uma mudança na atuação da sociedade civil. No capítulo seguinte, daremos continuidade as políticas públicas desenvolvidas pelos governos posteriores ao de Carlos Lacerda<sup>12</sup>.

## **Capítulo II: Um campo de batalha urbano**

*“Minha cara autoridade, eu já não sei o que fazer,  
Com tanta violência eu sinto medo de viver.  
Pois moro na favela e sou muito desrespeitado,  
A tristeza e alegria aqui caminham lado a lado.*

---

<sup>12</sup> Foi um jornalista e político brasileiro. Foi membro da União Democrática Nacional (UDN), vereador (1945), deputado federal (1947–55) e governador do estado da Guanabara (1960–65). Fundador em 1949 e proprietário do jornal Tribuna da Imprensa e criador, em 1965, da editora Nova Fronteira.

*Eu faço uma oração para uma santa protetora,  
Mas sou interrompido à tiros de metralhadora”(MC.Cidinho e Doca )*

Um ponto importante sobre o papel do Estado nessas comunidades foi a preocupação apenas com obras de embelezamento urbano geral da cidade, e medidas que não resolvem o problema. Os governantes não desenvolvem políticas de inclusão social, seja no que se refere as de geração de empregos, seja em forma de políticas habitacionais ou na melhora do sistema de transportes coletivos eficientes.

O processo de remoção das favelas da Zona Sul nas décadas de 60 e 70 foi se intensificado por conta da grande concentração de renda que ali instaurou, desta forma, a valorização do espaço urbano naquela localidade foi alta. A especulação imobiliária, por sua vez, determinou a expansão horizontal das áreas nobres da cidade em direção a São Conrado e a Barra da Tijuca, contando com a construção da primeira etapa da auto-estrada Lagoa-Barra.

As contradições em relação às políticas públicas voltadas para a favela, a colocação em prática. Para os políticos, o voto dos favelados durante a propaganda política do estado novo foi importante. Após a implantação do estado autoritário de 1964, os transportes ganharam uma nova dimensão. Apesar de discursivamente valorizar-se o transporte individual – o automóvel, os transportes de massa, ônibus, lotações começaram a se expandir. Eles determinaram uma nova fisionomia urbana, viadutos, avenidas, túneis. Constantemente, organizavam-se festas e eventos políticos por meio dos quais os moradores dos parques deveriam manifestar a sua gratidão ao presidente da República.

## **2.1-OS CONJUNTOS HABITACIONAIS**

Durante a gestão de **Carlos Lacerda** (1960-1965) 27 favelas foram removidas, o poder público passou a adotar dois tipos de políticas, tendo sido criada a Companhia de Habitação Popular (COHAB), com o objetivo da remoção, ao mesmo tempo em que a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO) visava à permanência

dos moradores na área. A participação dos moradores nos trabalhos e utilização dos investimentos já existentes na implantação de infraestrutura básica (água, luz, esgotos) e financiamentos individuais para melhoria ou reconstrução das casas além da venda de lotes individuais.

A questão das remoções teve um peso fundamental, conforme visto no que se refere à atuação do poder público perante as favelas nas décadas de 60 e meados década seguinte. Uma das características dos conjuntos habitacionais para onde os moradores de favelas foram enviados era a péssima infraestrutura, agravada ao longo dos anos pela falta de conservação por parte dos órgãos governamentais, sendo que, muitas vezes, os apartamentos já eram entregues com sérias deficiências nesse campo (PERLMAN, op. cit.). Os moradores de favelas localizadas nas áreas centrais e da zona sul do Rio como, Esqueleto (Maracanã), Pasmado (Botafogo), Praia de Ramos e Maria Angu, foram levados para grandes conjuntos habitacionais, como Vila Kennedy (5.054 moradias.), Cidade de Deus (6.654 Unidades), Vila Aliança (com 2.183 unidades) e Vila Esperança (464) na zona oeste da cidade.

A política das remoções enfrentou uma forte reação social de moradores, estudantes e intelectuais empenhados na tentativa de iniciar um processo democrático de urbanização. Essas reações aumentaram a medida que as remoções iam aumentando. Nos centros urbanos, as associações de moradores assumiram uma nova postura, tornando-se entidades mais participativas nos processos de negociação e confronto com outros setores sociais. Tornaram-se um espaço privilegiado de interlocução entre as “comunidades” e “bairros”, tanto com os poderes públicos, quanto com outras formas associativas. Esta “parceria” entre poderes públicos e associações civis permitiu uma maior participação dos representantes das associações na elaboração de programas e projetos sociais, instaurando-se a partir daí, uma nova modalidade de relação entre as “favelas” – agora tomadas como “comunidades” – e os poderes públicos.

Houve uma mudança do planejamento urbano estratégico no final da década de 1970, como uma tentativa de afastar os métodos autoritários e centralizadores da época. Nesse sentido, a cidade do Rio de Janeiro foi a primeira metrópole que procurou adotar mecanismos participativos em sua administração. Sobre a década de 1980, vale lembrar que, na medida em que crescem as antigas favelas e surgem novas, ocorre uma diminuição demográfica na população bruta do Município do Rio de Janeiro. Nesse sentido, pode-se atribuir o aumento do número de indivíduos que moram em favelas ao colapso dos programas de financiamento de casa própria e dos

conjuntos habitacionais, assim como à queda do poder aquisitivo da sociedade como um todo, tendo em vista que as migrações sofreram uma sensível redução acompanhada pela diminuição da taxa de crescimento demográfico (PELMAN, p.67)

Durante a administração do Governador **Leonel Brizola**<sup>13</sup>, foram desenvolvidas políticas voltadas para os interesses dos moradores das favelas, tais políticas foram desenvolvidas entre 1983 e 1985 o Proface (Programa de Favelas da Cedae), que levaria sistemas de água e esgoto para várias delas no Rio, além da viabilização da coleta de lixo. A partir de 1985, também foi iniciado um programa de iluminação pública, além do projeto *Cada Família Um Lote*, que regularia a propriedade nas áreas faveladas. O governo procurou definir uma nova conduta para as polícias civil e militar em relação aos direitos humanos, de forma que fossem respeitados os direitos civis dos moradores de favelas. Sua insistência em fazer com que a polícia só subisse numa favela dispondo de mandato judicial levou a oposição a acusá-lo de liberar geral. Seu projeto de segurança pública encontrou férrea oposição por parte de setores do aparato de segurança e da elite (Borges, 2006, p.84).

A questão habitacional ganhou novo destaque com a eleição de Leonel Brizola para o Governo do Estado do Rio de Janeiro após uma campanha eleitoral marcada por seu engajamento junto às classes mais pobres, "os favelados" procurou modificar a estrutura institucional do Estado do Rio de Janeiro para atender às reivindicações dos mesmos. Demonstrou interesse primordial para as áreas carentes, pode-se destacar na política de Brizola três metas principais: regularização fundiária, infra-estrutura e incentivo à autoconstrução. Sua principal conquista foi o Programa **Cada Família tem um Lote** pelo qual pretendiam regularizar 400 mil lotes clandestinos, dotando a área afetada de significativa urbanização. Neste sentido, firmou convênios principalmente com a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente- FEEMA -, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a **COMLURB**. O discurso oficial do governo relatava o problema fundiário, o qual teve o grande destaque dessa nova conjuntura da

---

<sup>13</sup> Foi um político brasileiro. Lançado na vida pública por Getúlio Vargas, foi o único político eleito pelo povo para governar dois estados diferentes (Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro) em toda a história do Brasil. Exerceu também a presidência de honra da Internacional Socialista

política carioca ao trazer assuntos como: regularização fundiária, melhorias urbanas, manutenção da população na própria comunidade, dentre outras.

O retorno das eleições modificou a prática política e a massa de favelados passou a representar um importante capital eleitoral. A busca de legitimação da política social, através de intervenções públicas nas favelas, suscitou uma multiplicação de projetos urbanos, o que tornou ainda mais difícil a articulação entre as diferentes esferas de poder. De “chagas urbanas”, as favelas se tornavam a vitrine das políticas sociais. A cidade do Rio de Janeiro transformou-se em laboratório de políticas urbanas. O estudo destes projetos urbanos nos permite apreender a complexidade sociopolítica da regularização fundiária, assim como os limites do direito em vigor diante destas questões. (GOIRAND, 2000: 70)

Como assinala Parisse, Em todos os tipos de intervenção, o elemento comum era a idéia de que as “favelas” ou “comunidades” eram identificadas como “unidades sociais”, embora o elemento identificador que caracterizam essas unidades modificava: ora por que os favelados têm formas próprias de solidariedade, ora por que são populações carentes; outras vezes por habitarem locais onde inexistem serviços públicos ou locais insalubres e propagadores de doenças e ainda seja por que são locais que abrigam marginais e são focos de violência.

Os primeiros projetos de urbanização promoveram uma transformação no interior das favelas. A segurança da posse ajudou na transformação dos barracos de madeira por construções sólidas e duráveis e permitiu a multiplicação e a diversificação das atividades comerciais. Embora houvessem políticas voltadas para a urbanização do espaço favela, os resultados não foram tão expressivos, porque apesar de terem sido capazes de realizar algumas melhorias, as medidas não foram soluções para a situação das moradias no município. Percebendo isso, os governos posteriores ao de Brizola passaram a enxergar a necessidade de modificação nas medidas neoliberais até então adotadas. Nesse sentido, podem ser citados o Programa Quinquenal de Urbanização das Favelas e Loteamentos Irregulares do Município do Rio de Janeiro.

Eric Hobsbawm ao debater sobre a crise entre os anos 1970 e 1980, com industrialização acelerada e robotização, desemprego em alta, assinala que o Brasil nesse recorte:

Era um momento à negligência social tinha um PNB per capita quase duas vezes maior do que o Sri Lanka em 1939 e mais de seis vezes maior do no fim da década de 1980. No Sri Lanka, que subsidiara alimentos básicos e dera educação e assistência médica gratuita até a década de 1970, o recém-nascido médio podia esperar viver vários anos mais do que o brasileiro médio, e morrer ainda bebê mais ou menos na metade da taxa brasileira de 1969, e num terço das taxa brasileira de 1989. A percentagem de analfabetismo em 1989 era quase duas vezes maior no Brasil do que na ilha asiática (Hobsbawm, 1999, p.555).

A história das favelas, portanto, mostra que essas sempre se caracterizaram por abrigar pessoas de menor poder aquisitivo. Atualmente, inclusive, elas passaram a ocupar um importante papel na agenda pública, dada a atenção que passou a ser dispensada à questão da pobreza e do déficit habitacional no Brasil, que se originou da pressão exercida pela comunidade internacional sobre o FMI (Fundo Monetário Internacional) a respeito dos programas de ajuste aplicados em alguns países subdesenvolvidos. A contestação advinha do fato de que esses programas não tinham uma preocupação com os problemas sociais dos países e que, inclusive, acabavam por agravá-los. Os problemas urbanos em todo o Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, a partir da década de 1980, foi acompanhado pela reflexão sobre a necessidade de um planejamento estratégico para dar conta e da invasão do tráfico de drogas nas favelas.

No final de 1980, uma nova prática aparece em cena com força ainda não vista antes: a do narcotráfico. Ganhando espaço através dos vácuos de poder legítimo dentro das favelas, cada vez mais o tráfico de entorpecentes e o crime organizado se apresentam como alternativas de renda para a população carente. É crescente o reconhecimento deste movimento como agente capaz de possibilitar melhorias diversas, desde gatos de energia elétrica até fácil retorno financeiro. O aumento dos problemas urbanos em todo o Brasil, e especificamente no Rio de Janeiro, a partir da década de 1980, é acompanhado por uma reflexão sobre a necessidade de um planejamento estratégico para dar conta, prospectivamente, dos típicos desafios da vida moderna cotidiana: habitação, educação, saúde, emprego, infraestrutura, lazer, segurança, etc.(SOUZA, 2002,p. 98)

## **2.2- O DOMINIO NARCOTRÁFICO E DAS MILÍCIAS**

De acordo com o autor Mauricio de Abreu, a década de 80 foi um divisor de águas, se manifestando através de uma mudança nos padrões de comercialização das drogas, o

que acaba por culminar com a “democratização da cocaína”. Neste momento esta droga passa também a ser consumida pelas camadas mais pobres da população. Esse processo de transição, entre um comércio centrado numa droga leve, não muito lucrativa, como a maconha, para uma droga pesada, altamente lucrativa, como a cocaína vai requerer, e conseqüentemente gerar uma nova estrutura, capaz de garantir os meios necessários a sua segurança e defesa, e como qualquer atividade que se baseia em grandes lucros, esta irá se utilizar de novos instrumentos, capazes de garantir a sua difusão e reprodução, cujo símbolo máximo estaria repousando no fuzil AR-15, que passa a ser encontrado em quase todas as favelas, dominadas pelo tráfico de drogas.

Durante a metade da década de 80, houve uma expansão do tráfico de drogas nas favelas do Rio. Embora o comércio de drogas já existisse antes do *boom* nas favelas, morros cariocas e na zona metropolitana, mas não possuía a estrutura, a visibilidade e o poder de impactar a cidade como aconteceu nos anos seguintes. Os marginais dos morros do Rio perceberam que o comércio ilegal de drogas era mais lucrativo que os salários baixos que recebiam em subempregos. A contabilidade e o movimento registrava lucros maiores.

Antes da ascensão efetiva do tráfico de drogas, o comércio de drogas era feito através da venda da maconha, uma droga leve, não muito lucrativa, e defendida por meio de armas também leves, cujo símbolo máximo era o revólver calibre 38. Os locais de venda, em sua maioria, se limitavam as áreas periféricas ou mesmo marginais da cidade, pois a maconha sempre apresentou um caráter popular, sendo consumida em grande parte pelas camadas mais pobres da população, a “elite” consumia outras drogas, tais como, a cocaína, uma droga cara, e que só era encontrada em algumas áreas privilegiadas da cidade.

Um dos motivos para essa ascensão foi o fato da Colômbia ter se consolidado como a maior produtora de cocaína do mundo e a sua proximidade com o Brasil, que servia de rota para o transporte internacional da droga. Outro motivo foi o surgimento do **Comando Vermelho (CV)**<sup>14</sup>, “organização” que a partir do final dos anos 1970, gerou

---

<sup>14</sup> É uma organização criminosa no Brasil. Foi criada em 1979 na prisão Cândido Mendes, na Ilha Grande, Angra dos Reis, Rio de Janeiro, como um conjunto de presos comuns e presos políticos (Ideologia Comunistas), os presos comuns eram membros da conhecida *Falange Vermelha*, que assaltava a população do Rio de Janeiro, praticava todo o tipo de crime, desde tráfico de drogas até cassinos de

medo das ruas e a marginalização do cidadão favelado, que passou a ser conhecido como traficante.

Durante a ditadura militar existente no Brasil, o governo se utilizou de uma estratégia de igualar presos políticos com presos comuns, e colocá-los sob a égide de um mesmo regime carcerário, tentando assim, esvaziar politicamente as ações implementadas pelos primeiros. Os assaltos a bancos e seqüestros promovidos por grupos de esquerda, passaram a ser encarados como crimes comuns e julgados como tais. Entretanto, esse processo ao contrário do que se esperava, não culminou com uma desmobilização dos primeiros, mas sim uma organização dos presos comuns em torno de ideais de coletividade implantadas dentro das prisões pelos presos políticos. Antes mesmo do surgimento do Comando Vermelho já existiam, várias falanges dentro das prisões, na Ilha Grande por exemplo, no ano de fundação do Comando Vermelho, 1979, existiam 3 falanges, a Falange Zona Sul, que reunia os presos com origem na zona sul da cidade, a Falange Coréia e a Falange Jacaré, que reuniam presos de duas grandes favelas do Rio de Janeiro, conhecidas como Coréia e Jacarezinho (Amorim, 1997, p. 150).

O aumento da violência nos anos seguintes, causado pelo envolvimento do tráfico e homicídios, além da violência policial, incluindo a ação de grupos de extermínio causou um frenesi entre a população do carioca. Alguns pesquisadores defendem que os governantes seguintes combateram os traficantes e homicidas com uma polícia violenta e “cruzaram os braços” para a corrupção policial e para a existência dos chamados “esquadrões da morte”. A concepção de segurança pública baseada na “guerra contra o crime”, no confronto armado e na criminalização da pobreza é constante ao longo de diversas administrações no Rio de Janeiro.

Citaremos abaixo um trecho da entrevista do Deputado **Marcelo Freixo**<sup>15</sup>(PSOL) para a **Rede de Jornalistas Populares**<sup>16</sup> no dia 5 de Abril de 2007. Sobre a situação das populações que moram nas favelas e nas periferias cariocas:

---

jogos de azar, prostituição e escravidão de estrangeiros, como também tráfico de órgãos humanos. Durante toda a década de 1990, o Comando Vermelho foi uma das organizações criminosas mais poderosas do Brasil.

<sup>15</sup> Professor e político brasileiro. Está no segundo ano do seu segundo mandato como deputado estadual fluminense pelo Partido Socialismo e Liberdade

<sup>16</sup> Criada em 2005 a RENAJORP - Rede Nacional dos Jornalistas Populares – é uma articulação de jornalistas descentralizada, sem hierarquia, articulada em nível nacional e organizada de forma horizontal.

O tráfico é uma empresa capitalista das mais eficientes e completamente adaptada à realidade neoliberal que se instalou no Brasil na década de 90. É uma empresa concentradora de renda, altamente lucrativa, que utiliza mão-de-obra barata. É uma empresa que se estabeleceu num espaço onde ela não tem nenhuma preocupação com exigências legais ou cobranças de impostos. É uma empresa com forte produção de alienação do trabalho, onde a mão-de-obra não tem a menor idéia do quanto rende a empresa. E o efeito social disso é terrível. Você tem uma juventude que está completamente perdida, sem nenhuma expectativa de futuro, que segura em armas e que tem toda uma ilusão fortíssima de poder. Porque esse poder existe, mas é um poder local, limitado e finito. O futuro dessa garotada que está no tráfico não tem jeito: ou é a morte ou é a cadeia. Não tem nada de revolucionário ou transformador no tráfico. Além de ter essas características capitalistas, ele é absolutamente opressor e se estabelece na favela através da construção de uma política de terror, onde jovens pobres matam jovens esfarrapados diante de facções que representam o que a opinião pública entende por crime organizado. O crime é muito organizado no Brasil. É tão organizado que a sua real organização não é visível. O que boa parte da imprensa e da opinião pública entende como crime organizado é exatamente onde ele não se organiza \_nos setores mais pobres, onde o que existe é o ponto final de um investimento absolutamente hierárquico, lucrativo e desigual.

Nos anos 90, houve um alto índice de policiais acusados de corrupção e atos de violência. Desta forma, investigações que procurassem policiais envolvidos com grupos de extermínio, chacinas e envolvimento com o tráfico de drogas e o jogo do bicho eram abandonadas após algum tempo, caindo no esquecimento e resultando em nada. Paralelo a isso, a cidade era dividida em territórios de venda da droga, além das guerras de grupos de traficante pelo domínio desses territórios eram estampadas em manchetes de jornais nas páginas policiais. O crescimento do domínio da “Mineira” recentemente denominadas “milícias”.

A “Milícia” organizou-se territorialmente a partir de áreas de influência, não tendo limites espaciais bem definidos, atuando, sobretudo, a partir da idéia de fronteira, o que significa estar em franca expansão de seus domínios territoriais. Sua área de atuação é na periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro. Surgiu nos anos 70 com o nome de “polícia mineira” que veio apoiando invasões de terrenos por grupos autônomos de sem-teto. Eram uma espécie de “empreendedores imobiliário” que negociavam lotes em áreas públicas, muitas vezes sob a tutela de vereadores e

deputados. Esse acontecimento ganhou força na medida em que estes grupos, por sua origem de “justiceiros”, vendem um modelo de urbanização baseado na “segurança”, a exemplo do que ocorre, de maneira sofisticada e regularizada, nos empreendimentos imobiliários para ricos que começam a se multiplicar nos anos 80 – os condomínios exclusivos. Também atua no ramo da segurança privada, oferecendo este serviço a comerciantes das comunidades populares além de terem fortes ligações com a “máfia das vans”, que envolve o transporte irregular em si e esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro.

Este grupo, que matava ou espancava os assaltantes, com o tempo, passou a atuar de maneira profissional, expandindo suas atividades, a partir do poder adquirido, para o setor imobiliário. Hoje, aquele grupo criminoso possui um forte controle sobre as áreas de ocupação, promovendo uma espécie de “organização” das ocupações irregulares e ilegais. O uso e comercialização de drogas ilícitas não são tolerados, havendo casos de espancamentos, expulsões e mesmo mortes de usuários e/ou supostos vendedores.

Nos anos 2000, a expansão acelerada das milícias para novos territórios, para além da Zona Oeste, provocou sua visibilização acentuada na cidade. A milícia vende um modelo de urbanização, ainda que ilegal ou irregular, centrado na segurança e na moralidade, algo que, informalmente, vem seduzindo muitos moradores de favelas que antes eram dominadas pelo tráfico - como é o caso de muitos que ao longo dos anos 80 e 90, como assinala (SILVA, 2003,p.22)

O fenômeno se torna um dos principais pontos do debate sobre segurança pública no Rio de Janeiro, a partir de 2006, nesse ano as “milícias” ocuparam várias favelas dominadas há décadas pelos grupos de traficantes de drogas, tais como o Quitungo, Morro do Barbante, Ramos, Roquete Pinto e Batan<sup>17</sup>.

Os grupos são formados por homens ligados às forças de segurança do Estado, reformados, ou seja, provenientes das polícias civil, militar, do corpo de bombeiros. Com um discurso moralista centrado no juramento de ordem e paz, estes grupos dominam e exploram áreas antes controladas pelo tráfico de drogas. Ao ocupar uma comunidade, as milícias “eliminam” o tráfico de drogas no varejo, mas passam a explorar as demais atividades ilegais existentes no território. Desta forma, tudo aquilo que era gerenciado

---

<sup>17</sup> Favelas situadas na região metropolitana do Rio de Janeiro

pela rede do tráfico de drogas - exceto o comércio ilícito das drogas no varejo - passa às mãos do novo grupo. Além disso, as milícias introduziram uma prática que não era utilizada pelo tráfico: a cobrança de ‘mensalidades’ por domicílio para remunerar a segurança privada.(ZALUAR,p.90)

De forma geral, seus lucros estão nas taxas de segurança cobradas a comércios e domicílios, no ágio dos botijões de gás na exploração clandestina da TV a cabo (conhecida como “gatonet”) e na taxação dos serviços de transporte alternativos. O êxito que estes grupos vêm obtendo nos processos de invasão e ocupação de territórios que eram controlados pelo tráfico se explica, em parte, pelo conhecimento da dinâmica e estrutura local derivado de relações anteriores com a rede ilícita, e pela promessa de abolir os confrontos armados, a exposição ostensiva a armamentos pesados e ao tráfico de drogas.

Alguns grupos contam ainda com o apoio do aparato de segurança oficial do Estado. As ocupações costumam acontecer de forma rápida e discreta. A dominação das milícias foi por meio de monitoramento e controle permanente sobre a comunidade, de modo que qualquer iniciativa está sempre sujeita à deliberação e aos interesses do grupo dominante. Isso implica mecanismos de coação da população, incluindo a coação armada, ainda que de forma mais velada que a do tráfico. Com isso, o morador não fica totalmente livre do convívio com armas de fogo em suas ruas, embora sua exposição seja menos ostensiva.

Estes grupos de ex-policiais constituem o mesmo fenômeno denominado grupo de extermínio nas décadas de 1960, 1970 e 1980 na Baixada Fluminense e na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, onde predominavam migrantes vindos de outros Estados. A novidade está apenas na ampliação dos negócios com a “venda” de produtos e serviços, por meio de extorsões apresentadas como proteção contra assaltos, que marcaram também o início da máfia italiana no século XIX e, posteriormente, das máfias estadunidenses. São os novos milionários da tragédia da segurança pública no Rio de Janeiro. São os subversores da disciplina e hierarquia militares, usadas como argumentos para justificar a permanência da estrutura militar na força policial brasileira. (ZALUAR, p91)

### **2.3- AS FAVELAS COMO PARTE DO TERRITÓRIO DA CIDADE**

O autor **Jailson Silva e Souza**<sup>18</sup>, assinala que a partir de 1980, em nome do combate ao tráfico de drogas, diferentes governos passaram a implementar uma política de segurança cada vez mais repressiva e com rígido controle das populações pobres, em especial os negros. O aumento do Estado punitivo é onde se insere a atual política de segurança do Rio de Janeiro, que por meio das “mega operações” policiais e com os autos de resistência vem transformando as ações de segurança pública em atos de extermínio e exposição permanente à morte da população pobre e favelada.

A violência está tão enraizada no cotidiano do carioca, que é caracterizada por alguns segmentos da sociedade, meios de comunicação e por autoridades públicas como “guerra”, derivada de um “poder paralelo”, impositor do terror e da desordem. No entanto, nesta “guerra”, a identificação do inimigo obedece a critérios geográficos, sociais e raciais, que impõe às camadas mais miseráveis da população a triste generalização entre pobreza, raça e crime. Podemos ver a escalada do poder punitivo do Estado no Rio de Janeiro e como ela serve a lógica do “enfrentamento da criminalidade” e especialmente no combate ao tráfico de drogas e aos “narcotraficantes (SILVA, 2007,p.7)

Na década de 90, entretanto, ficou caracterizado como o período de solidificação na elaboração de políticas públicas centradas na urbanização das favelas através do programa **Favela -Bairro**<sup>19</sup> criado pela prefeitura do Rio em 1993 com o objetivo de “integrar as favelas à cidade”. Assim, o poder estatal ampliou sua intervenção no campo das obras físicas - oferta de saneamento, creches, escolas, postos de saúde, praças e áreas de lazer; a oferta de energia foi praticamente universalizada, a oferta de serviços privados se ampliou de forma significativa, em particular no campo das ofertas de alimentos, roupas e entretenimento (locadoras de fitas e DVDs, games, salão de festas etc); surgiram diferentes tipos de organizações sociais, criadas por indivíduos e grupos locais e externos. Garantido o acesso aos serviços públicos para um conjunto crescente de favelas, a sua qualidade e a sua ampliação têm assumido uma importância maior. Com exceção da política de segurança pública que não modificou em relação às décadas

---

<sup>18</sup> Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal Fluminense - UFF; Professor do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da UFF; Diretor de Projetos do Centro de Educação e Ações Solidárias da Maré - Ceasm; e Coordenador Geral do Observatório de Favelas.

<sup>19</sup> Programa criado na gestão do prefeito de César Maia em 1993 com a Coordenação da Secretaria Municipal de Habitação e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o programa implantou infraestrutura urbana, serviços, equipamentos públicos e políticas sociais nas comunidades beneficiadas.

anteriores. Aos moradores das áreas dominadas por Grupos Criminosos Armados com Domínio de Território, restou uma limitação de possibilidades econômicas, culturais e sociais, já que o acesso a bens e equipamentos públicos ficou restrito devido a limites de circulação pela cidade, somado a isso estão os altos índices de violência letal, que afetam especialmente os jovens moradores dos espaços populares.

As favelas fazem parte do contexto da expansão espacial da cidade, nesse contexto, o desafio que se coloca para o Estado em relação aos territórios dominados por estes grupos criminosos armados é a construção de caminhos para a retomada do controle sobre a oferta dos serviços públicos e o funcionamento dos equipamentos urbanos; a regulação das relações de propriedade, a garantia da segurança dos cidadãos e do direito de circulação pela cidade, entre outros direitos fundamentais, através de estratégias que não sejam pautadas no uso da força ou na lógica do confronto, mas sim em uma atuação capaz de gerar adesões da sociedade e legitimidade para este processo.

Nesse sentido, pesquisadores do **observatório de favelas**<sup>20</sup> em 2007 criaram propostas para a transformação do quadro das favelas nas áreas da segurança pública e do Direito à Cidade no livro **“Segurança, Tráfico e Milícias”**. (2007, Rio de Janeiro. Ed.Justiça Global).

Apresentamos abaixo uma síntese delas, que apontam para uma melhor utilização do aparato policial no trato da questão criminal:

- Investimento nos trabalhos de inteligência e investigação, que assumem um papel fundamental na interceptação do tráfico de armas de fogo antes que estas cheguem às favelas; na prisão dos grandes revendedores ilegais e no combate à corrupção policial, principal responsável pela chegada de armas às mãos de grupos criminosos.
- Valorização da formação dos policiais apoiada em uma concepção de segurança cidadã que priorize a valorização da vida.
- Treinamento para todos os policiais no emprego de técnicas e armas não letais nas operações policiais (tiro defensivo, forma de abordagem, etc).

---

<sup>20</sup> Criado em 2001, o Observatório de Favelas é desde 2003 uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP). O Observatório tem sede na Maré, no Rio de Janeiro, mas sua atuação é nacional. Foi fundado e é composto por pesquisadores e profissionais oriundos de espaços populares

- Enfrentamento do problema das drogas com foco na prevenção e na redução de danos, compreendendo essa questão no campo da saúde pública.
- Construção de um programa para a redução da violência letal que contemple a articulação do poder público, da sociedade civil organizada e da população em geral na formulação das ações na área da segurança urbana, bem como a criação de indicadores e mecanismos de monitoramento que subsidiem ações preventivas.
- Publicização regular e transparente das estatísticas oficiais relativas ao sistema de segurança pública e justiça criminal. Sem tais informações, qualquer planejamento e avaliação de políticas públicas nessa área ficam comprometidos.
- Fortalecimento dos mecanismos de controle externo da atividade policial, com ênfase em sua independência, autonomia e dotação orçamentária.
- Criação de espaços de interlocução permanentes com os gestores públicos que possibilitem a participação popular na formulação das políticas públicas.

No campo do direito à cidade:

- Desenvolvimento de ações de sensibilização sobre os estereótipos relacionados aos espaços populares, em especial as favelas, visando contribuir para uma ruptura da lógica da cidade partida.
- Realização de ações integradoras que promovam a circulação pela cidade, o encontro das diferenças e a apropriação da polis por todos os seus habitantes.
- Regularização fundiária e criação de mecanismos de regulamentação e controle urbano baseados em zonas especiais de interesse social com vistas à regularização gradativa das atividades comerciais, serviços e usos do espaço, que passariam ao controle e fiscalização do Poder Público.
- Construção de um projeto de cidade, a médio e longo prazo, com políticas que direcionem recursos para a oferta de equipamentos e serviços de qualidade às populações das favelas e periferias.
- Reconhecimento dos moradores de favelas e periferias como sujeitos de direitos e atores políticos fundamentais para a construção de uma cidade mais justa, fraterna e solidária.

Em 2008, durante a administração do atual governador **Sérgio Cabral Filho**<sup>21</sup> foi criado o projeto da secretária de segurança estadual de segurança pública do Rio de Janeiro a **Unidade de Polícia Pacificadora**. Conhecida como UPP tem como principais objetivos retomar o controle estatal sobre as comunidades atualmente sob forte

---

<sup>21</sup> É um político e jornalista fluminense, atualmente governador do Estado do Rio de Janeiro.

influência da criminalidade ostensivamente armada; devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas, necessárias ao exercício e desenvolvimento integral da cidadania; contribuir para quebrar a lógica de “guerra” existente no estado do Rio de Janeiro.

Portanto, as unidades de policias pacificadora diferente das outras experiências de redução da violência em governos anteriores, corresponde a um processo específico de retomada de territórios quer eram controlados por criminosos

As UPPs são também uma experiência de “pacificação” da própria polícia e não deixam de representar um caminho possível, ainda que para a realização da reforma policial obrigatória em experiências bem sucedidas de controle da criminalidade violenta em centros urbanos fortemente afetados pela violência. Se as UPPs têm por objetivo a retomada de determinadas áreas, portanto o programa tem o compromisso de gerar efeitos locais, o fato é que seu efeito geral diz respeito à capacidade de o Estado retomar o monopólio do uso legítimo da força em toda sua extensão territorial. Esse resultado secundário das UPPs não é desprezível, se considerarmos que a polícia é, não a única, mas uma variável central para explicar por que a criminalidade no Rio do Janeiro. (RAMOS,p.2,2010)

Nesse sentido a **Secretária de Assistência Social e direitos humanos**, criou a UPP Social, que desenvolve nas comunidades já pacificadas fóruns permanentes de diálogo com as instituições locais sempre na presença de pequenas equipes de gestores-pesquisadores capazes de produzir análises a partir de estudos quantitativos e qualitativos e da escuta de demandas comunitárias além da criação de uma unidade central de gestão encarregada de articular as ações com as esferas municipais, estaduais e federais, em coordenação com as diversas ações do setor privado e do terceiro setor.

Segundo relato da Socióloga **Silva Ramos**, os conceitos-chave da estrutura de gestão do programa UPP Social são função integradora (compartilhar diretrizes de atuação e articular demanda e oferta); gestão em rede (gestão a partir de uma um centro coordenador, sem ascendência hierárquica sobre os atores envolvidos);caráter intergovernamental (integração de esforços de secretarias e órgãos públicos estaduais e municipais, em particular, sua estreita cooperação com a Secretaria de Segurança Pública e comandos das UPPs); gestão participativa (sistema permanente de escuta,

parcerias com comunidades locais, setor privado e sociedade civil); aprendizado contínuo (produção de diagnósticos locais e uso sistemático de mecanismos de monitoramento e avaliação) e, por último, transitoriedade, ou seja, a meta de integração plena das áreas ao conjunto da cidade, considerando indicadores de cidadania e bem estar.

### Capítulo III: Cantagalo e Batan, duas favelas com realidades diferentes

“Barracão de zinco  
Sem telhado, sem pintura lá no morro  
Barracão é bangalô  
Lá não existe felicidade de arranha-céus  
Pois quem mora lá no morro  
Fica bem pertinho do céu  
Tem alvorada, tem passarada”

(Herivelto Martins)

#### 3.1-SURGIMENTO DA FAVELA CANTAGALO/PAVÃO-PAVÃOZINHO (PPG).



Foto:CarlosGomes

O chamado “Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo” localiza-se entre três dos mais nobres bairros da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, Copacabana, Ipanema e Lagoa, e possui uma população de aproximadamente 5 mil habitantes. O “Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo” eram duas favelas vizinhas que ao se expandirem, acabaram se interligando fisicamente.

Quando foram construídos os primeiros barracos no Morro do Cantagalo, o clima era bem interiorano. Era possível pegar frutas nas árvores e até nadar na lagoa Rodrigo de Freitas. No início do século, devido à presença de um Posto de Observação do Exército ligado ao Forte de Copacabana no Morro do Cantagalo, que dificultava as ocupações no morro, a favela era pouco povoada. Apenas com a autorização deste, os moradores podiam se instalar naquela localidade.

Estes moradores eram oriundos do interior do estado do Rio de Janeiro ou de outros estados do Sudeste, como Minas Gerais e Espírito Santo. A favela está localizada na área nobre da cidade, apesar da prosperidade econômica da região seu desenvolvimento foi acompanhado por uma concentração de pessoas pobres que buscavam está próximo dos seus trabalhos. No caso do pavão-pavãozinho seus moradores eram oriundos do Nordeste e vinham para o Rio para trabalhar com: construção civil, porteiros, eletricitas e as mulheres como empregadas domésticas e babás.

Durante as décadas de 30 e 40 os bairros do entorno já possuíam uma infraestrutura como água, esgoto e rede elétrica enquanto os moradores da favela viviam em condições precárias. Essas décadas foram acompanhadas também pelo início da ocupação do Pavão-Pavãozinho, essas duas comunidades possuem maior representação de nordestinos, sendo sua população mais itinerante. O Cantagalo e o Pavão-Pavãozinho possuem histórias de formação diferentes, por vezes, é ressaltado por seus “moradores” quando querem se diferenciar, Apesar da proximidade entre as duas é possível notar certa “rivalidade”.

Durante a década de 60 e 70, houve um crescimento significativo da população nas duas favelas, acelerada pela implantação de indústrias e do modelo de grande crescimento econômico do governo militar, atraiu massas de migrantes para o centro-sul do país. Com o domínio do tráfico de drogas nas favelas da cidade, aconteceu uma divisão entre as comunidades que estavam sob o comando de “facções” diferente

(Comando Vermelho e Terceiro Comando).Esse conflito foi um dos responsáveis pela acentuação da divisão entre ambas.

A eleição de Leonel Brizola, em 1982, para o governo do Estado do Rio de Janeiro, foi marcada por intervenções e ações relativas às camadas populares incluindo para os moradores do PPG.Foram desenvolvidos dois projetos piloto de urbanização das favelas do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho.Essa metodologia baseava-se nos seguintes elementos:

- Obras de infraestrutura, excetuando-se casos em que houvesse a necessidade de relocação por razões técnicas (abertura de ruas, áreas de risco, implantação de equipamentos públicos, etc.).
- Criação de ruas, através de uma via com dimensionamento adequado para o trânsito de veículos.
- Alternativas para o transporte de lixo e passageiros nos casos de topografia difícil (sendo célebre na cidade a criação de um teleférico na favela do Pavão-Pavãozinho);
- Criação de equipamentos sociais e de lazer dentro da área da favela.
- Concessão da documentação da planta-baixa das casas de boa parte dos moradores,

Os anos 90 foram marcados pela ascensão da facção criminosa Comando Vermelho, que unificou seu comando três nas comunidades e acentuou o tráfico de drogas no local, e também pelos conflitos entre traficantes e polícia, com alta frequência de morte por bala-perdida.

Grandes tragédias marcaram a história do Cantagalo. Desmoronamentos, principalmente nas décadas de 60 e 80. Em uma tempestade em 1966, parte do morro conhecida como Quebra-braço desmoronou até a Rua Teixeira de Melo, em Ipanema. Em meio aos esforços para a recomposição do morro, foram construídos alguns prédios às suas margens que encurtaram o espaço ocupado pela favela. No Natal de 1984, o acúmulo de lixo fez desabar a caixa d'água sobre diversas casas do Pavão, provocando outra grande tragédia. Em 1988, moradores que tiveram suas casas atingidas por enchentes, ficaram desabrigados. (CRHISTOVÃO, p.60)

Há apenas uma rua por onde os carros poderiam passar no morro – a Estrada do Cantagalo. Não há transporte público dentro das comunidades, apenas motos e taxistas. As motos também percorrem as vielas; passam buzinando, como sinal para que os pedestres abram passagem para elas.Existe na favela muitos comércios como: padarias,

mercearias, lojas de roupa, salões de beleza e muitos bares e pequenas lanchonetes. Estabelecimentos modestos. Possui uma quadra de futebol e quadra de samba – onde, hoje, ocorrem, majoritariamente, **bailes funks**. Há uma Igreja Católica e inúmeras Igrejas Evangélicas pentecostais. O **CIEP**<sup>22</sup> – atualmente, uma escola municipal de ensino fundamental; a FAETEC – um órgão estadual que oferece cursos profissionalizantes; e o “**Espaço Criança Esperança**” – projeto social da **Rede Globo**<sup>23</sup> em parceria com a **UNESCO**<sup>24</sup>.

Há ONGs voltadas para o esporte, para a capacitação de profissionais e para a educação de crianças e adolescentes. Algumas são administradas por pessoas moradoras da favela e outras que não são moradores. Há a ONG que se destaca nas comunidades que é o Solar Meninos de Luz, criado em 1991, que oferece ensino integral a centenas de crianças da comunidade, acompanhando-as até a universidade, uma das poucas com este tipo de atuação.

Em 2007 deram início as obras de infraestrutura e reurbanização do **PAC** (Programa de Aceleração do Crescimento), e as obras de expansão do **Metrô Rio** que ali construiu um elevador e um mirante, a instalação de uma UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) e ainda o processo de regularização urbanística e fundiária. Algumas dessas intervenções podem ser tomadas como parte das tentativas do poder público de preparar a cidade do Rio de Janeiro para sediar a Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016, buscando adequá-la aos parâmetros e condições necessários para tal. Desde então, foram construídos pelo PAC no Cantagalo dois prédios para realocar “moradores” tanto do Pavão-Pavãozinho, como do Cantagalo que tiveram que sair de suas casas por conta das obras físicas que envolvem, por exemplo, alargamento de ruas e construção de praças. Muitas foram e ainda são as reclamações de alguns “moradores” do Pavão-Pavãozinho ao saberem que passariam a viver no Cantagalo.

---

<sup>22</sup> Centro Integrado de Escolas Públicas, criado pelo professor Darcy Ribeiro vice-governador do primeiro mandato de Leonel Brizola 1983-1987.

<sup>23</sup> É uma rede de televisão brasileira, fundada em 26 de abril de 1965, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), pelo jornalista Roberto Marinho

<sup>24</sup> A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) fundou-se a 16 de Novembro de 1945 com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, a ciência, a cultura e as comunicações.

Cada um dos dois prédios possui dois blocos de apartamentos, totalizando quatro blocos e 150 apartamentos. Os apartamentos são de dois quartos, sala, cozinha e banheiro, distribuídos em área de 42 metros quadrados. Ao longo desse período, houve também investimentos em acessibilidade e na rede de esgoto e água, sobretudo, do Pavão-Pavãozinho. Em novembro de 2009, o **BOPE**<sup>25</sup> invadiu o “Complexo Cantagalo-PavãoPavãozinho” a fim de fazer operações em busca de armas e esconderijos dos traficantes. A UPP permanece na comunidade está sob o comando do Capitão Leonardo Nogueira e sub o comando do Tenente Alexandre de Sousa, passou a atuar também em atividades relacionadas a diversas esferas da vida social do lugar, tal como a política, esportiva e cultural.

### **Condições Gerais de Moradia no Cantagalo**

Para a construção de moradia não era necessário qualquer tipo de relação ou autorização dos grupos criminosos. Esse processo era encaminhado para Associação de Moradores. Foram realizadas regularização das residências, através do Centro Comunitário de Defesa da Cidadania (CCDC), para concessão de lotes; PAC, que fez as medições dos imóveis, deixando com os proprietários um protocolo para futura regularização do imóvel; Instituto Rio Atlântico, que visou providenciar a entrega da planta baixa em moradias do Cantagalo. Outra instância citada foi a Base de Inserção Social Urbana (BISU) que faz a intermediação da comunidade com a Secretaria de Habitação para as obras do PAC.

Além das casas de alvenaria, que são quase a totalidade do PPG, é possível observar moradias com frágeis armações de madeira, principalmente nas partes altas do Pavão e Pavãozinho e na área costeira do Cantagalo. Conceito de número de andares estipulados pelo PAC que estipulou uma norma de que as moradias podem ter no máximo dois andares, porque muitas casas possuem vários andares sem estrutura.

Após a implantação da UPP, ocorreu o aumento da especulação imobiliária. De acordo com exemplos fornecidos, um aluguel de valor baixo, como de um quarto e sala localizado no porão de uma casa, é estimado em torno de 500 reais.

---

<sup>25</sup> Batalhão de Operações Especiais da Polícia

**Saneamento Básico:** As redes de esgoto possuem vias abertas, fazendo com que haja mau cheiro e a grande presença de ratos, visíveis principalmente no período noturno. O saneamento do Pavão/Pavãozinho teve recentes melhorias em virtude das obras do PAC.

**Água:** No PPG existe um longo histórico de falta de água que até hoje não foi solucionado, principalmente no verão. No período de domínio dos grupos criminosos o problema do abastecimento de água era resolvido mais rapidamente. Porém ocorreram algumas melhorias através do programa '*água para todos*', em conjunto com o PAC instalou em locais que não recebiam água, encanamentos e também foi estipulado uma taxa única para o pagamento.

**Luz:** Foi constatado que a maioria dos moradores não paga conta de luz, sendo que muitos não possuem ou danificam os relógios de medição. Este cenário possivelmente será alterado, tendo em vista que a Light, companhia de luz, está fazendo o cadastramento das residências e as primeiras trocas de fiação. Os funcionários da empresa trocaram transformadores no Pavão e Pavãozinho e fizeram listagem de moradias no Cantagalo, para verem quais residências possuem as características necessárias reforma elétrica. Em relação ao futuro pagamento das taxas de luz, há uma requisição, por parte dos moradores, de que a taxa seja única e com valor inferior às taxas habituais da Light e, principalmente, que haja informação sobre a necessidade e estratégias para a economia de energia.

**Lixo:** A falta de organização no alojamento e coleta do lixo doméstico é um problema muito grave. Em toda a comunidade há locais de concentração desordenada de lixo. A queixa dos moradores é que o único programa responsável pela coleta, o Gari Comunitário, não está mais funcionando na comunidade. O teleférico atualmente é usado pela **COMLURB**<sup>26</sup> para recolher o lixo nos locais de difícil acesso da comunidade.

Após a instalação da UPP, houve dois processos relacionados a regularização do comércio. A considerável redução do tráfego e a extinção dos tiroteios também foram

---

<sup>26</sup> Companhia Municipal de Limpeza Urbana da Cidade do Rio de Janeiro

mencionados como importantes fatores para o aumento da frequência escolar. Nesse novo contexto, as crianças e jovens têm maior facilidade para transitarem no morro, reduzindo suas faltas às escolas. No PPG há dois locais de promoção de saúde, o PSF, de recursos públicos, e um Posto de Saúde, de caráter voluntário. O **PSF** (Programa de Saúde da Família) começou seu processo de institucionalização na passagem do ano para 2010. Os funcionários são formados por 3 grupos, cada um de uma comunidade: médico, enfermeiro, técnico de enfermagem, dentista, auxiliar de dentista, seis agentes comunitários e 1 agente de saúde. Devido a sua visão estratégica ser saúde familiar e prevenção, não há atendimento local. Os agentes comunitários vão às casas das famílias e classificam suas necessidades. A retirada das armas de grande porte e a diminuição sensível do tráfico de drogas foi constantemente mencionada. Porém alguns moradores afirmam que o tráfico e o consumo de drogas, mesmo que em escala menor ao momento precedente à UPP ainda se mantém. As áreas mais altas do morro, foram mencionadas como os principais locais dessa atividade.

A prática de abordagens e revistas em buscas de entorpecentes, fizeram com que os agentes de segurança sejam associados à violência e brutalidade. Um fator apontado tanto por moradores como por policiais é o medo já mencionado de que o grupo criminoso volte a ter domínio no PPG. Tal receio faz com que algumas pessoas evitem conversar ou recorrer aos policiais pela desconfiança de estarem sendo observadas e poderem ser delatadas para os criminosos. Alguns moradores destacaram o fato dos policiais serem inexperientes, não sabem lidar de maneira adequada em procedimentos padrões como a abordagem policial.

### 3.2- SURGIMENTO DO BATAN



Foto:Marcos de Paula

A comunidade está localizada na Zona Oeste da Cidade, no final da Avenida Brasil<sup>27</sup> (após a passarela 34) e os dois principais bairros nos quais a população vai buscar serviços, além de serem espaços de trabalho, são Realengo e Bangu. A área coberta pela UPP inclui as comunidades Jardim Batan, Vila Jurema, Morrinho e, mais recentemente, os dois conjuntos habitacionais da Caixa Econômica Federal, que estão localizados após a comunidade de Vila Jurema. A ocupação tem aproximadamente 50 anos, tendo crescido substancialmente a partir dos anos 70. Possui cerca de 10.000 habitantes

O nome Batam é derivado da árvore Urubatã que existia no lugar no início da ocupação dos terrenos pelos moradores. Hoje, praticamente extinta, a árvore retorna ao bairro através de uma parceria entre as secretarias de Segurança e Meio Ambiente, que estão levando novas mudas para o replantio. Existem muitas entradas ao longo da

---

<sup>27</sup> A **Avenida Brasil** é uma das principais avenidas da cidade do Rio de Janeiro,

Avenida Brasil, mas a principal é essa pela Estrada do Engenho Novo, na frente fica o largo do “Chuveirinho” onde os moradores sempre se encontram, na estrada estão situados: os bares, a maior padaria, dois restaurantes e o hortifruti. Durante muito tempo a comunidade do Batan foi conhecida pelos confrontos violentos entre as facções criminosas (ADA e TCP), que procuravam controlar o tráfico de drogas que se instalou na região, e com a polícia. Estes confrontos geralmente aconteciam entre grupos que ocupavam a comunidade do Batan e do Fumacê, uma comunidade vizinha do Batan. A rivalidade entre as duas comunidades há pelo menos 20 anos, se estende mesmo para além daqueles envolvidos na criminalidade, atingindo principalmente jovens e adolescentes.

No ano de 2007 um grupo de Milicianos invadiu o Batan e expulsou o tráfico de drogas do local, e a partir daí passaram a ter o domínio sobre a comunidade, o principal problema era a uso de violência abertamente. Casos de espancamento e tortura públicos, O estilo de inserção das milícias nas comunidades nos últimos quatro anos, geralmente é rápida, violenta e desperta um duplo processo: medo entre os moradores das comunidades em decorrência das constantes ameaças de retomada dos pontos pelos traficantes e, por outro lado, a permanência dos milicianos que impõem à população local uma série de regras gerando medo. A comunidade tem uma longa história de abandono institucional e operação de grupos armados. A favela teve visibilidade após a tortura de uma equipe do jornal **O DIA** em 2008.

Os repórteres de O DIA foram seqüestrados e mantidos em cárcere privado em um dos barracos usados como quartel-general pela quadrilha. O interrogatório e as torturas duraram sete horas e meia, período em que a equipe foi submetida a socos e pontapés, choques elétricos, sufocamento com saco plástico, roleta-russa, tortura psicológica e todo tipo de situação vexatória. Em um dos intervalos entre as sessões de agressões, a equipe identificou o barulho de sirenes iguais às das patrulhas policiais rondando o cativado. Mas os homens que chegavam ao local, em vez de socorrer as vítimas, eram solidários aos carrascos ( jornal O DIA, 6/5/2008)

Em fevereiro de 2009, o governador Sergio Cabral inaugurou a UPP do Batan, desde a sua implementação as empresas que fornecem serviços como água, gás e luz passaram também a servir a comunidade, regularizando as ligações, anteriormente, clandestinas.

Em relação aos serviços prestados e/ou mediados pela Associação de Moradores, estão a TV a cabo – prestado pela Embratel ao custo de 30,00 reais por mês (implantado também após a chegada da UPP), auxílio para regulação fundiária (em geral das propriedades localizadas no morrinho) e ainda, a abertura de contas bancárias através de uma parceria com o Banco Bradesco. A Associação também é procurada para auxiliar em emergências como transporte de doentes, e sepultamentos. O valor dos imóveis subiu significativamente após a implementação da UPP, e inclusive há casos de moradores expulsos anteriormente seja pelo tráfico, seja pela milícia, que agora estão tentando reaver suas casas. De forma geral, o aumento do valor imobiliário na comunidade foi percebido como positivo para os moradores. Nesse caso, a valorização do espaço, ao invés de causar “expulsão branca” (expressão utilizada para definir os casos em que pessoas acabam deixando a comunidade melhor, pois já não tem condições de morar no lugar) esta causando um retorno de famílias que saíram. No entanto, isso não quer dizer que a situação não possa ganhar outros contornos no futuro.

A presença de prestadoras de serviços e mesmo as instituições públicas estarem mais presentes na comunidade foi um fator identificado positivamente pelos seus habitantes. As pessoas tinham vergonha de dizer que moravam no Batan, ou, simplesmente não diziam, pois sabiam que sua demanda por um serviço determinado. Os moradores reclamam da ligação com o centro da cidade. Os moradores do Batan sofrem todos os dias para se locomoverem para seus trabalhos, que normalmente ficam no centro da cidade, como fica na última parada e ônibus antes da pista expressa da Avenida Brasil, faz com que o ônibus chegue lá sempre cheio, e os moradores da comunidade têm que fazer todo o trajeto do Batan até o centro do Rio em pé.

Em relação à saúde, a comunidade possui um posto de saúde da família. A equipe é formada de três (3) enfermeiras e vinte e oito (28) agentes de saúde, que são responsáveis por 150 famílias cada, fazendo visitas mensais (na maioria dos casos) e quinzenais ou até semanais em casos onde a família precisa de maior suporte. Em Realengo – muito próximo a comunidade, existe uma Unidade de Pronto atendimento (UPA). Na comunidade não existe creches públicas, o que é considerado um problema sério para muitos. Apesar de estarem sendo construída uma creche neste momento, os

relatos alegam que a oferta não será suficiente para cobrir a demanda existente. A comunidade possui quatro instituições provedoras de serviços de educação infantil privadas na comunidade, e indicam que o valor pago nas creches privadas existentes varia entre 40 e 50 reais por criança por turno.

Existem duas escolas públicas que oferecem ensino básico e fundamental de primeiro ciclo na comunidade. Uma esta localizada no próprio Jardim Batan, bastante próximo a UPP e a outra na comunidade chamada de Água Branca, de acordo com a divisão da UPP, considerada parte do Jardim Jurema. As duas escolas parecem ser bem avaliadas pela comunidade, e oferecerem serviços de qualidade, sendo que uma delas foi inclusive premiada recentemente pela qualidade de seus serviços, tendo batido todas as metas do IDEB. Pelo menos uma das escolas recebe os projetos “Mais Educação<sup>28</sup>”.

A chegada das famílias aos conjuntos habitacionais parece ter agravado o problema do déficit de vagas no ensino básico e fundamental de primeiro ciclo. Não existem escolas que ofereçam ensino fundamental de segundo ciclo nem de ensino médio na comunidade. Esse é um tema considerado grave, presente em praticamente todos os relatos e entrevistas durante a pesquisa. Apesar de haver escolas de ensino médio e fundamental nas comunidades vizinhas, estas impõem sérias limitações para a maioria dos adolescentes e jovens da comunidade por conta das rivalidades existentes – sobretudo entre o Batan e a comunidade do Fumacê, e da presença do tráfico. Há relatos de que o número de adolescentes e jovens que acabam abandonando a escola é significativo. Ensino profissionalizante e alfabetização de jovens e adultos. Com a chegada da UPP a comunidade também recebeu uma unidade da **FAETEC**<sup>29</sup> e **SENAC**<sup>30</sup>.

Apesar do aumento da sensação de segurança relacionada a crimes de morte, a chegada da UPP criou uma expectativa grande de que as pessoas não seriam mais

---

<sup>28</sup> Criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, aumenta a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas que foram agrupadas em macrocampos como acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, comunicação, educação científica e educação econômica.

<sup>29</sup> Fundação de Apoio a Educação do Estado do Rio de Janeiro

<sup>30</sup> Criado em 1946 o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial o principal agente da educação profissional voltada para o Setor do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

vítimas de violências, o que não é verdade para todos os tipos de violência. Existe uma percepção generalizada de que houve aumento dos casos de violência familiares.

Os moradores acreditam que existe menos espaço para diálogo na atual gestão. Segundo relatos, na antiga gestão os cafés comunitários eram frequentes e que o capitão incentivava as pessoas a participarem e a falar – inclusive a fazer denúncias e reclamações com relação ao policiamento – durante as reuniões. O antigo capitão perguntava muito, incentivando as pessoas a falarem. Existia uma dinâmica onde eram distribuídos papéis para que as pessoas fizessem sugestões, e depois o capitão lia em voz alta e dizia que ia dar retorno – e, segundo relatos, dava. Isso fazia com que os moradores se sentissem mais seguros para exporem suas idéias diante dos policiais.

### **3.3-OS EQUIPAMENTOS CULTURAIS NAS DUAS COMUNIDADES**

Os relatos no Batan dão conta de uma insatisfação generalizada pela falta de opções, sobretudo no que tange os adolescentes e jovens. Se por um lado as crianças parecem estar mais bem atendidas, já que a própria rua agora um espaço possível de lazer e convivência, os jovens e adultos perderam seus espaços prioritários de lazer. Por um lado, os bailes e festas noturnas foram bastante limitados, necessitando da autorização da UPP para acontecer, e com limitação de horário para terminar.

Os bares foram proibidos de abrir após determinado horário. Além disso, os espaços não institucionalizados de lazer, existentes anteriormente na comunidade, deixaram de existir devido a sua utilização para construções de outros serviços, ou simplesmente para depósito de material de construção. Nesse sentido, tanto jovens como adultos ressentem a perda, e dizem que é muito importante que haja espaços de convivência.

Os jovens da comunidade não tem diversão, pois com a instalação da UPP acabaram com os bailes funk. Na comunidade ainda existe uma questão delicada, porque uma boa parte dos moradores são evangélicos, com isso na praça principal, a maioria dos eventos são realizado pelos mesmos que relataram oferecer atividades de lazer e convivência para diferentes grupos, incluindo grupos específicos de jovens e

mulheres.

Durante o verão de 2011, a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (Seasdh), que coordena as UPPs Sociais, e a Secretaria de Estado de Cultura uma chamada pública para a realização de projetos culturais em cinco Unidades de Polícia Pacificadora (Batan, Borel, Chapéu-Mangueira/Babilônia, Cidade de Deus e Providência). O projeto “Verão nas UPPs” promoveu durante três dias, manifestações artísticas que apresentaram como tema a memória local, além da exposição de trabalhos produzidos em oficinas com os moradores de cada comunidade.

O projeto tinha como objetivo, atrair a visitação externa e tornar as comunidades espaços de lazer para toda a cidade. Além de fortalecer a autoestima desses locais, para separá-los da imagem de violência a que normalmente são associados. A Secretaria de Cultura ofereceu consultoria gratuita para a elaboração dos projetos para este edital. Puderam participar entidades civis sem fins lucrativos de todo o Estado. A verba total foi de 500 mil reais.

O baile funk, no Cantagalo e o forró, no Pavão-Pavãozinho, são comuns aos finais de semana. Havia também festas de aniversários e comemorações em geral, que como o baile e o forró, aconteciam durante toda a madrugada, acabando somente na manhã do dia seguinte. Esses eventos noturnos eram os responsáveis pela maior movimentação de pessoas no Cantagalo, Pavão e Pavãozinho e também por parte da geração de renda, tanto do tráfico, que intensificava a venda de drogas para consumidores de outras áreas da cidade, como para os comerciantes e ambulantes que faturavam com o movimento.

Desde a ocupação do BOPE e posteriormente com a UPP, os bailes funks vão até as 2h.No PPG foi instalado um toque de recolher às 22 horas, período em que não poderia mais haver música em volume alto e qualquer tipo de festa. Tais medidas ocasionaram em mudanças nas manifestações musicais locais.

Este processo foi o mais criticado pela parcela jovem da comunidade, que apontaram abusos dos policiais, que, segundo eles, entravam nas casas e danificavam os aparelhos de som e/ou impediam que a comemoração ocorresse mesmo antes do horário permitido. Após os primeiros meses, os horários do toque de recolher mudaram para as 24 horas, as quintas e domingos, e para as 2 horas, as sextas e sábados. Segundo

Capitão Nogueira, conforme a comunidade aprenda a respeitar os limites das festas e efetuarem acordos com os vizinhos, junto às Associações de Moradores, progressivamente haverá mais permissões para bailes e eventos.

No começo, os pais de jovens eram favoráveis à proibição dos bailes funks, atualmente desejam que o evento volte a ocorrer no PPG, sob a supervisão da UPP. Segundo os pais, por não haver festas, os filhos estão se deslocando para outras comunidades, às vezes muito distantes e sob o domínio de grupos criminosos. Depois de manifestações dos moradores esses anos foram permitidos os bailes, porém com horário para terminar. Além de alguns projetos culturais que oferecem cursos para os moradores como: Afro Reggae, Espaço Criança Esperança, Solar Meninos de Luz, Museu das Favelas entre outros. Esses projetos oferecem outras possibilidades a estes jovens, principalmente na construção da cidadania.

A Cultura hip hop, é muito presente nas periferias urbanas brasileiras é muito forte do Cantagalo. Composta tradicionalmente pelo rap, grafite, MCs e break dance (b-boys). No Brasil, o hip hop, além desses, agrega a literatura (uma tendência muito forte e prestigiada do nosso hip hop), algumas formas de competição esportiva como o basquete de rua e, o que me parece mais interessante, o conhecimento.

Por estar situado na zona sul do Rio de Janeiro, área que possui uma concentração muito grande de equipamentos culturais os jovens Cantagalo tem acessos aos mesmos. Em uma pesquisa realizada pelos 40 jovens que participam do projeto “*Agência de Redes para Juventude*”, a maioria respondeu que tem contato com centros culturais, cinema, teatro e exposições ou porque vão em passeios da escolas e/ou vão por conta própria. Sem contar que existem vários projetos dentro da comunidade. Enquanto que no Batan, 43% da população gostaria de ter esses equipamentos dentro da comunidade.

Em Maio de 2012 aconteceu a Flupp – Festa Literária das Unidades de Polícia Pacificadora – é um projeto inspirado na Flip – Festa Literária Internacional de Paraty –, que busca realizar um processo continuado de formação de leitores e autores em comunidades periféricas da região Metropolitana do Rio. A Flupp’s organizou conversas entre escritores, cineastas, artistas e nas comunidades pacificadas. É um desafio literário para a formação continuada de leitores e autores e estimula a arte em todos os lugares. Ao longo de 13 encontros, os jovens tiveram a oportunidade de se

aprofundar na produção literária e aprender com autores de grande expressão. Ao final desses encontros, os 30 melhores pontuados— 15 policiais e 15 moradores – vão ter seus textos publicados em um livro, que vai ser lançado na abertura do evento oficial da Flupp, no dia 8 de novembro, no Morro dos Prazeres. A feira literária das Upp aconteceu nas duas comunidades analisadas e levou autores brasileiros e estrangeiros divertiram adultos e crianças durante as atividades.

## CONCLUSÃO

Já sabemos então que nem todas as favelas são iguais. Elas são diferentes diante de muitos vetores. Como foi apresentado no presente trabalho, há uma divisão da sociedade carioca em relação as favelas e a cidade. Desde do seu surgimento elas sempre foram vistas como algo de outro mundo social e cultural, ou seja, o conceito de “cidade partida” que é utilizado para designar uma separação entre o “morro” e o “asfalto”. Ao mesmo tempo que surgem ações, por parte de governos e instituições ligadas à gestão pública da pobreza, de novos discursos sobre a favela que subsidiem a política de integração da favela ao bairro principalmente por causa da preparação para os jogos Olímpicos de 2016. Assistimos hoje à produção intensa de imagens, idéias e práticas ao antigo mito da favela como um outro mundo social à parte da cidade, diferente, identificado pela carência e desorganização. **Cristovão Duarte**<sup>31</sup> assinala que (2007, p.8): “Durante muito tempo os problemas levantados pelo processo de favelização da cidade do Rio de Janeiro foram subestimados ou, em certo sentido, ignorados. A utopia conservadora de uma cidade “ordenada”, rica e tecnologicamente sofisticada, parecia ser o futuro desejado (e mesmo “prometido”) para a urbe carioca. Sobretudo em se tratando de uma cidade conhecida e reconhecida pela desmesurada beleza da paisagem natural, por sua importância como antiga Capital Federal, pela sua condição de centro da vanguarda intelectual e artística do país, por sua vitalidade como pólo de produção e difusão da cultura erudita e popular, entre tantos outros fatores. Esta crença, urdida pelo imaginário coletivo, prevaleceu também (e sobretudo) na gestão pública da cidade ao longo do anos.”

As formas de representação das favelas do Rio de Janeiro estavam associadas pela: pobreza econômica, falta de formação escolar, a predominância do trabalho

---

<sup>31</sup> Pesquisador da UFRJ

manual; o fenótipo dos moradores – em sua grande maioria pretos, pardos e nordestinos. A precariedade das moradias, dos serviços era um local considerado “problema” no país, devido a ocupação ilegal de terras, falta de pagamento de taxas e impostos. Os moradores passaram a ser percebidos de forma homogênea, apesar de sua rica diversidade (tipo de sítio; densidade populacional; acesso a serviços e equipamentos; perfil populacional; grau de organização comunitária etc) como espaços desprovidos de condições básicas de cidadania, na verdade, espaços de sub-cidadãos

As duas favelas analisadas ficaram conhecidas apenas pelas suas carências históricas, porém o que foi revelado através das análises de campo foram as suas qualidades excepcionais, inclusive do ponto de vista urbanístico, como lugares de vivência e de produção de identidades. Tanto o Batan como o PPG (Pavão-Pavãozinho e Cantagalo) se afirmam como bairros populares, dotados por uma diversidade cultural enorme.

Janice Perlman (1979 p.86) enfatiza que as favelas em seus estudos, que as favelas possuem um caráter diversificado das construções habitacionais formais. “Existiriam favelas de todos os tipos: desde aquelas que possuem uma ocupação mais rarefeita quanto outras mais adensadas. É possível, até mesmo, encontrar algumas que apresentam uma malha viária bem traçada, com espaços livres que se destinarão, no futuro, à construção de áreas de lazer ou de equipamentos comunitários”. Quanto às características do ambiente construído, a autora afirma que muitas apresentam melhoras significativas, no que se refere ao padrão construtivo das moradias e da disponibilidade de serviços urbanos.

Ainda que os autores citados nesse trabalho tenham desenvolvido estudos que demonstram o caráter heterogêneo das favelas do Rio, a visão homogeneizante ainda vigora, tanto entre setores da administração pública. As favelas são atualmente, locais de grande movimentos culturais, elas estão presente nos filmes resentes como Cidade de Deus, feito em 2002 pelo cineasta Fernando Meirelles, 5x Favelas, Tropa de Elite 1 e 2 dirigido por José Padilha e Cidade dos Homens. As favelas no contexto atual, estão em destaques nas manchetes de jornais principalmente pelas novas políticas culturais implantadas no atual governo. Após a implantação das UPPs e da UPP Social, grandes

empresas como o SEBRAE<sup>32</sup> e Coca-Cola estão disponibilizando cursos profissionalizantes para e ajudando moradores na regularização dos estabelecimentos comerciais. Dessa forma, o poder público está se fazendo presente nesses territórios.

A meta da UPP Social é oferecer serviços e equipamentos básicos, criar uma melhor ambiência econômica; estabelecer canais de mediação de conflitos, de participação coletiva e de controle social da ação estatal; e construir meios que eliminem as fronteiras simbólicas e materiais entre as favelas e o restante da cidade, dentre outras tarefas.

O sucesso da iniciativa tem sido expressivo, tanto diante dos grupos dominantes da cidade – mídia, associações empresariais; organizações do terceiro setor e setores médios – como nas áreas populares. As críticas de setores mais radicalizados dos movimentos sociais e de alguns grupos comunitários têm sido em função de problemas no relacionamento cotidiano dos policiais com moradores –em especial os jovens – isso deve-se ao fato da polícia continuar, nas outras áreas da cidade dominadas pelo tráfico , a ter o enfrentamento armado como estratégia de ação. O fato reforça mais ainda a percepção de que a estratégia de policiamento comunitário característico das UPPs é o caminho possível para superar a crise de segurança do Rio de Janeiro. Mais do que isso: a expectativa é que a experiência se torne um modelo para os grandes centros urbanos e possa deter a crescente perda do controle de parcelas significativas do território urbano para os grupos criminosos.

As UPPs representam a possibilidade de romper com a privatização da soberania, quer dizer, a capacidade de regular a ordem social da cidade, por grupos criminosos. No caso do tráfico de drogas, esse domínio é efetivado por jovens sem noção de limites fundamentais no sentido de respeito ao direito do outro; ao espaço público; à vida alheia e a normas básicas de civilidade. A eliminação do armamento ostensivo é outro fator que auxilia no sentimento de pacificação, do mesmo modo que a ampliação do direito de ir e vir dos moradores.

De fato, a ocupação policial permite que os moradores das favelas tenham acesso a um direito básico para o seu cotidiano: a segurança de que não terão o seu cotidiano invadido pela presença da morte súbita; pela violência contra suas casas e pelo poder

---

<sup>32</sup> Agência de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário

autoritário de um criminoso. Diante do exposto, fica evidenciada a importância das UPPs no cenário político e social carioca. Ela abre possibilidade para um novo caminho nas relações estabelecidas entre as forças estatais e amplos setores da cidade com os territórios favelados.

Porém essa nova experiência traz alguns problemas para os moradores como a ação repressiva da polícia em relação ao “gato net”; a exigência da concessionária de energia de que o pagamento seja efetivado de acordo com os valores vigentes no conjunto da cidade; a cobrança de regras formais para o funcionamento do comércio e das obras e demandas análogas fazem com que o custo de vida nas favelas cresça de forma acelerada, sem o correspondente aumento de renda da população. Esse processo de intervenção é profundamente complexo. Obviamente, é fundamental que as favelas sejam incluídas de forma integral ao conjunto da cidade e que seja exercida em seus territórios uma regulação da ordem social nos mesmos termos dos outros bairros. Isso significa construir padrões de ordenação territorial que mudam drasticamente as formas históricas que permitiram aos seus moradores edificar a comunidade. Outro problema apontado pelos jovens moradores das duas comunidades é a proibição dos Bailes Funks. Os Bailes sempre foram frequentados por jovens de ambas as comunidades mas são visto como algo pejorativo para a UPP, porém para esses jovens é um estilo de vida. O estilo funkeiro, reúne marcas sociais e culturais expressas através da vestimenta, da dança, das gírias, do local do território de moradia.

Podemos observar que aos jovens das duas favelas embora estejam situadas em locais diferentes da cidade, possuem gostos, se aproximam, assim como os distinguem. Existem as juventudes ligadas à religião, a estilos musicais (rock, samba, pagode, funk, MPB), às artes plásticas, cênicas e dança (grupos de teatro, grupos de dança, etc.), ao campo educacional (os pré-vestibulares comunitários), aos movimentos sociais, dentre outros.

Os jovens das favelas com UPP, se transformaram em público alvo e contemplado por projetos, políticas e ações sociais governamentais ou ligadas a ONGs, direcionadas para diversas áreas como: saúde, educação, segurança, cultura, trabalho e cursos de línguas. Por fim, a “juventude” das favelas passa a ser um grupo social que sente os efeitos perversos do preconceito e estereótipos que recaem sobre os moradores de favela

de maneira geral, e especificamente, quando são associados à imagem do funkeiros e sem cultura, de forma homogeneizante.

Os efeitos causados pelas políticas implantadas com a chegada das UPPs no Rio de Janeiro são muito recentes e passam por constantes modificações. O reconhecimento das favelas como espaços específicos de morada não significa o desconhecimento de que elas são um dos elementos de constituição da cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, não existe uma identidade carioca independente das favelas – e vice-versa. Pelo contrário, a cidade tornou-se uma referência nacional e internacional também em função do peso arquitetônico, cultural e social dos seus espaços favelados. A garantia dessa riqueza paisagística e dessa pluralidade cultural é central para o Rio de Janeiro e para o seu projeto de futuro. É necessário eliminar as fronteiras simbólicas e físicas que se apresentam entre as favelas e os bairros do seu entorno. Essas ações complementares e profundas são condições básicas para que a cidade do Rio de Janeiro se torne mais democrática no que se refere à vida contemporânea, à construção de novas possibilidades de utopia social e de convivência humana.

## Fontes e Bibliografia

ABREU, Maurício. *Da habitação ao habitat: uma interpretação geográfica da questão da habitação popular no Rio de Janeiro (1850-1930)*. Rio de Janeiro: FCRB/IBAM/IUPERJ, 1984.

ABREU, M. A. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ – IPLANRIO/ZAHAR*, 1988.

---

A Favela está fazendo 100 anos (sobre os caminhos tortuosos da construção da cidade). Anais do 3º Simpósio de Geografia Urbana, Rio de Janeiro, RJ, 1993.

ALBERTI, Verena. “O que documenta a fonte oral: a ação da memória

Alvarez, J. M. S. Bittar, W. S. M, Veríssimo, Ph. S. Vida urbana. *A evolução do cotidiano da cidade brasileira*; Rio: Ediouro, 2001.

-----*The nation’s narrative. Literature as urban and social transformations: testimony in Belle Epoque Rio de Janeiro*. IBEROAMERICANA, Nordic journal of Latino American and Caribbean studies, 2007.

Rocha Oswaldo Porto, *A era das demolições. Rio de Janeiro*, Coleção Biblioteca Carioca, 1995.

PARISSE, Lucien. "*Favelas do Rio de Janeiro: evolução e sentido*."

Caderno do CENPHA, 1969.

Álvarez, Jose Mauricio Saldanha. *Este sólido e impotente edifício*. Niteroi, editora Cromos, 1992.

----- As a city is shaped by the crime: a representation of spaces e do planejamento urbano e environment of the city of Rio de Janeiro as a battleground as shown on the movie “Elite Squad”, by Jose Padilha. Urbana, fall 2011, Urbana: urban affairs and public policy. O artigo completo pode ser encontrado em [HTTP://www.urbanauapp.org/onlinefirst/](http://www.urbanauapp.org/onlinefirst/)

ALVITO, Marcos. (2001), *As Cores de Acari*. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas Editora.

BIRMAN, Patrícia. (2003), “Imagens Religiosas e Projetos para o Futuro”, in P. Birman(org.), *Religião e Espaço Público*. São Paulo, CNPq/Pronex, Atar Editorial.

BURGOS, Marcelo Baumann. (1998), “Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: As Políticas Públicas nas Favelas do Rio de Janeiro”, in A. Zaluar e M. Alvito (orgs.), Um Século de Favela. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora.(2003), “Favela, Cidade e Cidadania em Rio das Pedras”, in M. B. Burgos (org.), A Utopia da Comunidade. Rio das Pedras, uma Favela Carioca. Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio/Loyola.

CAMPOS, Andreilino. Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. (2000), Cidade de Muros. Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo, Editora 34/EDUSP.

CARVALHO, Eduardo Guimarães de. (1991), O Negócio da Terra. Rio de Janeiro, Editora

CAVALLIERI, Fernando. (2003), “*Favela-Bairro: Integração de Áreas Informais no Rio de Janeiro*”, in P. Abramo (org.), A Cidade da Informalidade. O Desafio das Cidades Latino-Americanas. Rio de Janeiro, Sette Letras/FAPERJ.

CAVALLIERI, Paulo Fernando. Plano diretor de 1992 da cidade do Rio de Janeiro: possibilidades e limites da reforma urbana. In: RIBEIRO, Luiz César Queiroz;

SANTOS JUNIOR; Orlando Alves (Org.). Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: O futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 376-401.

\_\_\_\_\_. Favelas cariocas: mudanças na infra-estrutura. 4 Estudos, Rio de Janeiro, 1985.

DUARTE, Cristovão Fernandes. *Violência Urbana e impactos socioambientais*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley; Ed. PROURB, 2006.

MAMEDE, Costa Alessandra. *Governo Moreira Franco e Política de Segurança Pública*:[http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1275675657\\_ARQUIVO\\_alessandranpuh.pdf](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1275675657_ARQUIVO_alessandranpuh.pdf)

MISSE, M.. *Malandros, marginais e vagabundos. A acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ, Tese de doutorado em sociologia, 1999.

Neri, M. (coord.). Desigualdade e favelas cariocas: a cidade partida está se integrando?  
Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2010

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VALLADARES, Licia do Prado. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

VALLADARES, Licia do Prado e PRETECEILLE, Edmond. Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca. Trabalho apresentado no Seminário Desigualdade e Pobreza no Brasil, realizado no Rio de Janeiro, nos dias 12, 13 e 14 de agosto/1999, pelo IPEA. VALLE E SILVA, N. do. Os deserdados do milagre. In: HASENBALG, C. VALLADARES, Lícia & MEDEIROS, Lídia. *Pensando as favelas do Rio de Janeiro, 1906-2000: uma bibliografia analítica..* Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ/URBANDATA, 2003.

SOUZA, M. L. de. *Mudar a Cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2002.

ZALUAR, A.; CONCEIÇÃO, I. S. Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: que paz?. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 21, n. 2, p. 89-101, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <<http://www.scielo.br>>.

VIANNA, LUCINA. Funk no Brasil: Música Desintermediada na Ciber Cultura. <http://www.sonora.iar.unicamp.br/index.php/sonora1/article/viewFile/32/31>

SITES

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS

[http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/acervo/view\\_text.php?id\\_text=11](http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/acervo/view_text.php?id_text=11)

[http://br.boell.org/downloads/Relatorio\\_Milicias\\_completo.pdf](http://br.boell.org/downloads/Relatorio_Milicias_completo.pdf)

[http://www.iets.org.br/biblioteca/Adeus\\_cidade\\_partida.pdf](http://www.iets.org.br/biblioteca/Adeus_cidade_partida.pdf)

[http://www.minosoft.com.br/mirela/download/funk\\_e\\_cultura\\_carioca.pdf](http://www.minosoft.com.br/mirela/download/funk_e_cultura_carioca.pdf)